

FII VBI Consumo Essencial (EVBI11)

FATO RELEVANTE

FATO RELEVANTE

A **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, inscrita no CNPJ sob o nº 59.281.253/0001-23, devidamente credenciada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como administradora de carteira, de acordo com o Ato Declaratório CVM nº 8.695, de 20 de março de 2006 ("Administradora"), e a **VBI REAL ESTATE GESTÃO DE CARTEIRAS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.274.775/0001-71 ("Gestora"), na qualidade de, respectivamente, Administradora e Gestora do **FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – VBI CONSUMO ESSENCIAL**, inscrito no CNPJ sob o nº 34.691.520/0001-00 ("Fundo" ou "EVBI"), vem, pelo presente, informar aos cotistas do Fundo e ao mercado em geral que recebeu, nesta data, solicitação de convocação para a realização de Assembleia Geral Extraordinária, enviada por cotista que detém atualmente, aproximadamente, 50,29% das cotas emitidas do Fundo ("Cotista Solicitante"), nos termos do art. 19, §1º, da Instrução CVM nº 472, de 31 de outubro de 2008, conforme alterada ("Instrução CVM nº 472"), cujo inteiro teor encontra-se anexo ao presente Fato Relevante na forma do **ANEXO I**.

A Administradora esclarece que verificou os poderes dos representantes do Cotista Solicitante e o Cotista Solicitante está adequadamente representado.

Em razão da solicitação de convocação a Administradora realizará a convocação de Assembleia Geral Extraordinária em até 30 (trinta) dias contados da presente data, bem como manterá os cotistas do Fundo e o mercado em geral informados a respeito dos desdobramentos de tal solicitação.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024.



VBI
REAL ESTATE

FII VBI Consumo Essencial (EVBI11)

FATO RELEVANTE

ANEXO I

(Espaço deixado propositalmente em branco, todo o teor do Anexo I se encontra na página seguinte)



ri@vbirealestate.com



www.vbiessencial.com.br

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024

Ao

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM ("Administrador")

Na qualidade de administradora do

FUNDO IMOBILIÁRIO VBI CONSUMO ESSENCIAL FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Via e-mail: ri.fundolistados@btgpactual.com

REF.: AGE PARA APROVAÇÃO DE REGULAMENTO

Prezados Senhores,

- (I) Os fundos de investimentos descritos no Anexo, neste ato representados por sua gestora, **CAPITÂNIA CAPITAL S/A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, 3º andar, CEP 01452-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 41.793.345/0001-27; (II) os fundos de investimentos descritos no Anexo, neste ato representados por sua gestora, **CAPITÂNIA INVEST S/A.**, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, 3º andar, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.274.010/0001-76; (III) os fundos de investimentos descritos no Anexo, neste ato representados por sua gestora, **CAPITÂNIA PREV S/A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, 3º andar, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.777.833/0001-40, e (IV) os fundos de investimentos descritos no Anexo, neste ato representados por sua gestora, **CAPITÂNIA ALTERNATIVES S/A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, 3º andar, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.475.648/0001-00, na qualidade de cotistas representando mais de 5% (cinco por cento) das cotas do **FUNDO IMOBILIÁRIO VBI CONSUMO ESSENCIAL FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 34.691.520/0001-00 ("**Fundo**"), vêm, por meio desta, solicitar, conforme autorizado pelo §1º do Art. 19 da Instrução CVM nº 472, de 31 de outubro de 2008, conforme alterada, e pelo regulamento do Fundo, a convocação de assembleia geral de cotistas do Fundo, em até 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da presente carta, para deliberar acerca da Aprovação do Novo Regulamento.

Atenciosamente,

Fundos de Investimentos descritos no Anexo
Por sua gestora, **CAPITÂNIA CAPITAL S/A**

Fundos de Investimentos descritos no Anexo
Por sua gestora, **CAPITÂNIA PREV S/A**

Fundos de Investimentos descritos no Anexo
Por sua gestora, **CAPITÂNIA INVEST S/A**

Fundos de Investimentos descritos no Anexo
Por sua gestora, **CAPITÂNIA ALTERNATIVES
S/A**

ANEXO RELAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO.

I.A Fundos de Investimento Geridos pela Capitânia Capital S/A

Fundo	CNPJ
CAPITÂNIA RADAR 90 MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO LONGO PRAZO	50.129.712/0001-83
CAPITÂNIA K FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	42.747.172/0001-73
CW1 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA	22.118.303/0001-46
CAPITÂNIA REIT MASTER CRÉDITO PRIVADO FI EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	18.447.898/0001-06
CAPITÂNIA REIT 90 MASTER CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI MULTIMERCADO	37.121.949/0001-50
CAPITANIA FIX CREDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	13.106.998/0001-55
CAPITANIA PREMIUM MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO LONGO PRAZO	20.146.318/0001-92
CAPITÂNIA JC CREDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	44.835.773/0001-63
CAPITÂNIA HEDGE FUND FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	50.143.549/0001-03

I.B Fundos de Investimento Geridos pela Capitânia Invest S/A

Fundo	CNPJ
CAPITÂNIA SECURITIES II FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII	18.979.895/0001-13
CAPITÂNIA REIT FOF - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	34.081.611/0001-23
FUNCEF MERCADO IMOBILIARIO FIF EM COTAS MULTIMERCADO RESPONSABILIDADE LIMITADA	52.982.641/0001-92

I.C Fundos de Investimento Geridos pela Capitânia Prev S/A

Fundo	CNPJ
SABESPREV CAPITÂNIA MERCADO IMOBILIÁRIO CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	27.945.334/0001-94
CAPITÂNIA REIT PREV ADVISORY XP SEGUROS FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO	36.327.365/0001-72
CAPITÂNIA PREV BP FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	34.270.943/0001-56
FCOPEL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO IMOB I CRÉDITO PRIVADO	43.103.992/0001-95
CAPITÂNIA REIT PREV ITAÚ FIFE MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO CRÉDITO PRIVADO	42.827.176/0001-61
CAPITÂNIA PREV ITAÚ FIFE MM CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO	41.709.727/0001-20
CAP PREV INFLAÇÃO 30 ADV XP SEG FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO FIFE	44.835.820/0001-79
CAPITÂNIA QP9 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO IMOB I CRÉDITO PRIVADO	52.320.036/0001-56

I.D Fundos de Investimento Geridos pela Capitânia Alternatives S/A

Fundo	CNPJ
CAPITANIA PREV ADVISORY XP SEGUROS FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	41.672.242/0001- 09

Capitânia Capital S/A

Capitânia Invest S/A

Capitânia Prev S/A

Capitânia Alternatives S/A



VBI
REAL ESTATE

FII VBI Consumo Essencial (EVBI11)

FATO RELEVANTE

REGULAMENTO COM ALTERAÇÕES PROPOSTAS

(Espaço deixado propositalmente em branco, todo o teor do regulamento com alterações propostas se encontra na página seguinte)



ri@vbirealestate.com



www.vbiessencial.com.br



REGULAMENTO DO ~~VBI CONSUMO ESSENCIAL~~ HBC II FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

- Style Definition: Heading 1
- Style Definition: Body Text
- Style Definition: List Paragraph
- Style Definition: Table Paragraph
- Formatted: Font: 10.5 pt
- Formatted: Space Before: 2.5 pt
- Formatted: Space Before: 0 pt
- Formatted: Font: 10.5 pt

REGULAMENTO DO
~~VBI CONSUMO ESSENCIAL~~ HBC II FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO



- Formatted: Space Before: 0 pt

REGULAMENTO DO ~~VBI CONSUMO ESSENCIAL HBC II~~ FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

CNPJ: 34.691.520/0001-00

CAPÍTULO I. DEFINIÇÕES

Artigo 1º Para fins do disposto neste Regulamento, os termos e expressões indicados em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão os significados atribuídos a eles no Anexo I ao presente Regulamento. Além disso: (i) os cabeçalhos e títulos deste Regulamento servem apenas para conveniência de referência e não limitarão ou afetarão o significado dos capítulos, parágrafos ou artigos aos quais se aplicam; (ii) os termos “inclusive”, “incluindo”, “particularmente” e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo “exemplificativamente”; (iii) sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas no Anexo I aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa; (iv) referências a qualquer documento ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diferente; (v) referências a disposições legais serão interpretadas como referências às disposições respectivamente alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas; (vi) salvo se de outra forma expressamente estabelecido neste Regulamento, referências a itens ou anexos aplicam-se a itens e anexos deste Regulamento; (vii) todas as referências a quaisquer partes incluem seus sucessores, representantes e cessionários autorizados; e (viii) todos os prazos previstos neste Regulamento serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

CAPÍTULO II. PRESTADORES DE SERVIÇOS

Administrador

Artigo 2º A administração do Fundo será realizada pelo Administrador. O Administrador tem amplos poderes para gerir o patrimônio do Fundo e representá-lo, inclusive (i) abrir e movimentar contas bancárias; (ii) adquirir, alienar, locar e arrendar os Imóveis, considerando a recomendação do Gestor Consultor; e (iii) exercer todos os demais direitos inerentes aos bens integrantes do patrimônio do Fundo, podendo transigir e praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, observadas as ~~atividades, prerrogativas e responsabilidades do Gestor, e as~~ limitações impostas por este Regulamento, pela legislação em vigor e demais disposições aplicáveis.

Gestor

Artigo 3º ~~AOs recursos do Fundo serão aplicados sob gestão da carteira de valores mobiliários será realizada da seguinte forma: (i) a gestão dos Imóveis será realizada de forma ativa pelo~~ Administrador, ~~considerando mediante~~ a recomendação do Gestor; ~~e (i) a gestão da carteira de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros será realizada de forma ativa pelo~~ Gestor Consultor, observado o disposto neste Regulamento, ~~naem especial a Política de Investimentos e a regulamentação aplicável e no Contrato de Gestão.~~

BTG Pactual

SAC: 0800-772-28-27 — Ouvidoria: 0800-722-00-48 — btgpactual.com

Formatted: Space Before: 3.9 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Space Before: 0.45 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.8 pt

Formatted: Underline, Condensed by 0.1 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 11 pt

Formatted: Normal, Indent: Left: 0.08", Space Before: 0 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Space Before: 0.1 pt

Formatted: Condensed by 0.4 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.7 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.8 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Condensed by 0.1 pt

Custodiante

Artigo 4º A custódia dos Ativos Imobiliários (que sejam valores mobiliários) e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo será exercida diretamente pelo Custodiante, o qual prestará ainda os serviços de tesouraria, controladoria e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, ou por instituição de primeira linha, devidamente habilitada para tanto, que venha a ser contratada pelo Administrador para a prestação de tais serviços.

Parágrafo Primeiro. Os Ativos Imobiliários (que sejam valores mobiliários) e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela B3 ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Parágrafo Segundo. É dispensada a contratação do serviço de custódia para os Ativos Financeiros que sejam títulos e valores mobiliários que representem até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, desde que tais ativos estejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou registrados em sistema de registro ou de liquidação financeira autorizado pelo BACEN ou pela CVM.

Parágrafo Terceiro. O Custodiante do Fundo só poderá acatar ordens assinadas pelo diretor responsável pela administração do Fundo, por seus representantes legais ou por mandatários, que deverão, ainda, ser devidamente credenciados junto a ele, sendo, em qualquer hipótese, vedada ao Custodiante a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

Escriturador

Artigo 5º A escrituração de Cotas será exercida pelo Escriturador.

Auditor

Artigo 6º Os serviços de auditoria do Fundo serão prestados pelo Auditor Independente.

Formador de Mercado

Artigo 7º Os serviços de formação de mercado para as Cotas poderão ser contratados para o Fundo pelo Administrador, considerando a recomendação do Gestor Consultor, e independentemente da

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 7.8 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.7 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.85 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.85 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt



realização de Assembleia Geral, observado disposto no artigo 31-A, §1º, da Instrução CVM nº 472/08.

Distribuidor

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 0.2 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Artigo 8º A cada nova emissão de Cotas, a distribuição das Cotas será realizada por instituições devidamente habilitadas a realizar a distribuição de valores mobiliários, definidas no respectivo documento que vier aprovar a nova emissão, sendo admitida a subcontratação de terceiros habilitados para prestar tais serviços de distribuição das Cotas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.8 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Outros Prestadores de Serviços

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Artigo 9º O Administrador, em nome do Fundo e considerando a recomendação do Gestor, poderá contratar empresas para prestarem serviços especializados, incluindo serviços de consultoria.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Parágrafo Único. Independentemente de Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador, em nome do Fundo e por recomendação do Gestor, se for o caso, poderá, preservado o interesse dos Cotistas e observadas as disposições específicas deste Regulamento, contratar, destituir e substituir qualquer dos prestadores de serviços do Fundo, à exceção do próprio Gestor, cuja destituição deverá ser objeto de deliberação em Assembleia Geral de Cotistas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.25 pt

CAPÍTULO III. PÚBLICO ALVO

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.7 pt

Artigo 10 As Cotas poderão ser subscritas ou adquiridas por investidores em geral, incluindo pessoas naturais ou jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores não residentes que invistam no Brasil segundo as normas aplicáveis e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento, sendo certo que: (i) até que o Fundo seja objeto de Oferta, ou (ii) até que o Fundo apresente Prospecto, nos termos da Resolução CVM 160, somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Cotistas, os investidores qualificados, conforme definido na Resolução CVM 30.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

CAPÍTULO IV. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.95 pt

Artigo 11 O Fundo, constituído como condomínio fechado, tem prazo indeterminado de duração e é regido pelo presente Regulamento e pela legislação e regulamentação vigentes aplicáveis.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Único. Para fins das “Diretrizes de Classificação ANBIMA de Fundos de Investimento Imobiliário”, o Fundo é classificado como “FII Renda/Gestão Ativa/Híbrido”.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt

CAPÍTULO V. OBJETO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Artigo 12 O Fundo tem por objeto proporcionar aos seus Cotistas a valorização e a rentabilidade de suas cotas por meio da obtenção de renda por meio do investimento em (i) imóveis, bem como quaisquer direitos reais sobre imóveis, de qualquer segmento, incluindo, mas sem limitação, os segmentos de varejo, atacado, hospitalar, laboratorial e educacional, localizados em território nacional (“**Imóveis**”); ; (ii) as ações ou cotas de Sociedades Alvo; (iii) cotas de outros fundos de investimento imobiliário, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido nos Imóveis, de forma direta ou de forma indireta, sendo este um critério de elegibilidade a ser verificado pelo gestorAdministrador no momento da aquisição; (iv) cotas de fundos de investimentos em participações, que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos FII e que invistam em Sociedades Alvo; (v) certificados de recebíveis imobiliários cujo lastro seja relacionado (por origem ou destinação) aos Imóveis (“**CRI**”), sendo este um critério de elegibilidade a ser verificado pelo gestorAdministrador no momento da aquisição; e (vi) demais ativos previstos na Instrução CVM nº 472/08 (“**Valores Mobiliários**” e, em conjunto com os Imóveis, “**Ativos Imobiliários**”). Adicionalmente, o Fundo poderá auferir ganho de capital mediante o investimento para posterior alienação dos próprios Ativos Imobiliários.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 9.3 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Primeiro. O Fundo poderá investir em Imóveis não prontos e que ainda estejam em desenvolvimento desde que limitados a 33% (trinta e três) do seu patrimônio líquido, sendo que este critério deverá ser verificado pelo gestorAdministrador, sob recomendação do Consultor.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.75 pt

Parágrafo Segundo. O Fundo poderá adquirir Ativos Imobiliários gravados com ônus reais ou outro tipo de gravames.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.45 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Terceiro. O Fundo poderá participar subsidiariamente de operações de securitização por meio de cessão de direitos e/ou créditos dos contratos relacionados aos Ativos Imobiliários.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Parágrafo Quarto. O Fundo não tem o objetivo de aplicar seus recursos em Ativos Imobiliários específicos, não existindo, dessa forma, requisitos ou critérios específicos ou determinados de diversificação.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Parágrafo Quinto. O Fundo poderá adquirir Imóveis que estejam localizados em todo o território brasileiro, desde que estejam localizados nas regiões metropolitanas e/ou em cidades com população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes, sendo que este critério deverá ser verificado pelo gestorAdministrador, sob recomendação do Consultor no momento de aquisição do imóvel.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.45 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Parágrafo Sexto. A aquisição dos Ativos Imobiliários poderá ser realizada, direta ou indiretamente, à vista ou a prazo, nos termos da regulamentação vigente, e deverá ser objeto de avaliação prévia pelo Administrador, ~~pelo Gestor~~ ou por empresa especializada, conforme o caso, observados os requisitos constantes do Anexo 12 da Instrução CVM nº 472/08, caso aplicável. Adicionalmente, a aquisição de Imóveis,

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

pelo Fundo, será precedida de auditoria jurídica a ser realizada por escritório de advocacia a ser contratado pelo Fundo, considerando a recomendação do Gestor, e com base em termos usuais de mercado utilizados para aquisições imobiliárias.

Formatted: Right: 0.09", Line spacing: Multiple 1.42 li, Tab stops: 1.66", Left

Parágrafo Sétimo. O Fundo, caso invista preponderantemente em valores mobiliários, deve respeitar os limites de aplicação por emissor e por modalidade de ativos financeiros estabelecidos nas regras gerais sobre fundos de investimento, e a seus administradores serão aplicáveis as regras de desenquadramento e reenquadramento lá estabelecidas

Formatted: Space Before: 9.85 pt

Parágrafo Oitavo. Nos termos da Instrução CVM nº 555/14, o Fundo pode utilizar seus ativos para prestação de garantias de operações próprias, bem como emprestar, ou tomar ativos financeiros em empréstimo, títulos e valores mobiliários, desde que tais operações de empréstimo sejam cursadas exclusivamente através de serviço autorizado pelo BACEN ou pela CVM. Adicionalmente, o FUNDO estará autorizado a realizar operações daytrade.

Formatted: Space Before: 11.65 pt

Artigo 13 A parcela do patrimônio do Fundo que não estiver aplicada em Ativos Imobiliários, deverá ser aplicada em ("Ativos Financeiros"): (i) títulos de renda fixa, públicos ou privados, de liquidez compatível com as necessidades e despesas ordinárias do Fundo e emitidos pelo Tesouro Nacional ou por Instituições Financeiras Autorizadas; (ii) moeda corrente nacional; (iii) operações compromissadas com lastro nos ativos indicados no inciso "i" acima emitidos por Instituições Financeiras Autorizadas; e (iv) cotas de fundos de investimento referenciados em DI e/ou renda fixa com liquidez diária, com investimentos preponderantemente nos ativos financeiros relacionados nos itens anteriores, inclusive para fins de permitir o pagamento das despesas ordinárias, das despesas extraordinárias e dos encargos previstos neste Regulamento, observados os requisitos de diversificação e concentração estabelecidos na Instrução CVM nº 555/14, conforme disposto nos parágrafos § 5º e § 6º do artigo 45 da Instrução CVM nº 472/08.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 2.55 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Artigo 14 O Fundo poderá adquirir Ativos Financeiros de emissão ou cujas contrapartes sejam Pessoas Ligadas ao Gestor e/ou do Administrador Administradore/ ou ao Consultor, desde que aprovado em Assembleia Geral de Cotistas, na forma prevista no artigo 34 da Instrução CVM nº 472/08.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.65 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Artigo 15 O objeto do Fundo e sua Política de Investimento não poderão ser alterados sem prévia deliberação da Assembleia Geral, tomada de acordo com o quórum estabelecido neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Artigo 16 O Fundo não poderá realizar operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial e desde que a exposição seja sempre, no máximo, o valor do Patrimônio Líquido.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

CAPÍTULO VI. REMUNERAÇÃO

Artigo 17 A ADMINISTRADORA receberá por seus serviços neles compreendidos as atividades de administração, gestão, custódia e controladoria e demais serviços previstos na legislação aplicável, uma taxa de administração equivalente à (“Taxa de Administração”): 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano, à razão de 1/12 (um doze avos), aplicado (a.1) sobre o valor contábil do patrimônio líquido do FUNDO; ou (a.2) caso as cotas do FUNDO tenham integrado ou passado a integrar, no período, índices de mercado, cuja metodologia preveja critérios de inclusão que considerem a liquidez das cotas e critérios de ponderação que considerem o volume financeiro das cotas emitidas pelo FUNDO, como por exemplo, o IFIX, sobre o valor de mercado do FUNDO, calculado com base na média diária da cotação de fechamento das cotas de emissão do FUNDO no mês anterior ao do pagamento da remuneração (“Base de Cálculo da Taxa de Administração”), calculado com base na média diária da cotação de fechamento das cotas de emissão do Fundo no mês anterior ao do pagamento da remuneração, observado o valor mínimo mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a partir do mês subsequente à data de encerramento da primeira Emissão, atualizado anualmente segundo a variação do IGP-M, ou índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo Primeiro. A Taxa de Administração engloba os pagamentos devidos ao Gestor (conforme repartido nos termos pelo exercício da gestão da carteira do Contrato de Gestão) Fundo e ao Custodiante, e não inclui valores correspondentes aos demais encargos do Fundo, os quais serão debitados do Fundo de acordo com o disposto neste Regulamento e na regulamentação vigente.

Parágrafo Segundo. Pela prestação de serviços de escrituração o fundo pagará o correspondente à 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano, à razão de 1/12 (um doze avos), sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) valor este a ser corrigido anualmente pela variação positiva do IGP-M.

Parágrafo Terceiro. O Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Parágrafo Quarto. A Taxa de Administração prevista no caput deste artigo deve ser provisionada à razão 1/12 avos sobre o valor do Patrimônio Líquido ou sobre o valor de mercado das Cotas do Fundo, conforme seja o caso, e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Artigo 18 O Fundo não terá taxa de performance.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 2.35 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.25 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 7.15 pt

Formatted: Not Expanded by / Condensed by

Formatted: Not Expanded by / Condensed by

Formatted: Not Expanded by / Condensed by

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.3 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.95 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt



Artigo 19 A cada emissão, o Fundo poderá, a exclusivo critério do Administrador ~~em conjunto com o Gestor~~, cobrar a Taxa de Distribuição Primária, a qual será paga pelos subscritores das Cotas no ato da subscrição primária das Cotas. Com exceção da Taxa de Distribuição Primária, a ser eventualmente cobrada em uma determinada emissão, não haverá outra taxa de ingresso a ser cobrada pelo Fundo.

Artigo 20 Não será cobrada taxa de saída.

CAPÍTULO VII. OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES DO ~~GESTOR~~FUNDO

Artigo 21 O ~~Gestor~~Administrador deverá, ~~sem prejuízo do disposto no Contrato de Gestão~~:

(i) identificar, analisar, selecionar, avaliar, acompanhar, alienar, transferir, adquirir, sob qualquer forma legítima, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral, salvo nas hipóteses de Conflito de Interesses, Ativos Financeiros existentes ou que poderão vir a fazer parte do patrimônio do Fundo, conforme o caso, de acordo com a Política de Investimento;

(ii) identificar, analisar, selecionar, aprovar, avaliar, acompanhar, transferir e adquirir, sob qualquer forma legítima, mediante recomendação do Consultor, os Valores Mobiliários existentes ou que poderão vir a fazer parte do patrimônio do Fundo, conforme o caso, de acordo com a Política de Investimento;

(iii) praticar todos os atos necessários à gestão da carteira de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros, e ao cumprimento de sua Política de Investimento;

(iv) gerir individualmente, mediante recondução do Consultor, a carteira de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros com poderes discricionários para negociá-los, nos termos estabelecidos neste Regulamento;

(v) identificar, selecionar, avaliar, acompanhar e recomendar ao Administrador acerca da aquisição ou alienação de Imóveis, conforme o caso, inclusive com a elaboração de análises econômico-financeiras, se for o caso, de acordo com a Política de Investimento;

(vi) ~~recomendar, se aplicável, ao Administrador a celebração de~~Celebrar contratos (incluindo aditamentos e *waivers* que entenda necessários), negócios jurídicos e realizar todas as operações necessárias à execução da Política de Investimento, diligenciando para que sejam exercidos, todos os direitos relacionados ao patrimônio e às atividades do Fundo;

(vii) ~~auxiliar ao Administrador a~~ controlar e supervisionar as atividades inerentes à gestão dos Ativos Imobiliários e Ativos Financeiros, fiscalizando os serviços prestados por terceiros que eventualmente venham

BTG Pactual

SAC: 0800 772 28 27 – Ouvidoria: 0800 722 00 48 – btgpactual.com

Formatted: Font: 10 pt

Formatted: Body Text, Line spacing: Multiple 0.06 li

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 2.35 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Condensed by 0.1 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.85 pt

Formatted

Formatted: Condensed by 0.2 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.45 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.25 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10 pt

Formatted: Body Text, Line spacing: Multiple 0.06 li



a ser contratados na forma prevista neste Regulamento;

Formatted: Font: 10 pt

Formatted: Body Text, Line spacing: Multiple 0.06 li

Formatted: Font: 10 pt

Formatted: Body Text, Line spacing: Multiple 0.06 li



reformas ou benfeitorias nos Imóveis com o

Formatted: Font: 10 pt

Formatted: Body Text, Line spacing: Multiple 0.06 li

BTG Pactual

SAC: 0800 772 28 27 – Ouvidoria: 0800 722 00 48 – btgpactual.com

Formatted: Font: 10 pt

Formatted: Body Text, Line spacing: Multiple 0.06 li

~~objetivo de manter o valor dos Imóveis ou potencializar os retornos decorrentes da exploração comercial ou eventual comercialização;~~

~~(xx) indicar contratar, mediante recomendação do Consultor empresas para elaboração de laudo de avaliação dos Ativos Imobiliários;~~

~~(xxi) validar orçamento anual dos resultados operacionais dos Ativos Imobiliários;~~

~~(xxii) quando entender necessário, solicitar ao Administrador a convocação de mediante recomendação do Consultor convocar Assembleias Gerais de assuntos pertinentes de interesse do Fundo, com justificativa sobre a referida matéria; e~~

~~(xxiii) votar, se aplicável, nas assembleias gerais dos Valores Mobiliários e/ou dos Ativos Financeiros que integrem o patrimônio do Fundo, observado o disposto no Parágrafo Único abaixo.~~

~~Parágrafo Único O GESTOR DESTA FUNDO ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, O PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DO GESTOR EM ASSEMBLEIAS DE DETENTORES DE ATIVOS QUE CONFIRMA AOS SEUS TITULARES O DIREITO DE VOTO E SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO SEGUINTE ENDEREÇO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES: <https://www.vbirealestate.com/compliance>~~

~~CAPÍTULO VIII. OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR~~

~~Artigo 22 O Administrador tem amplos e gerais poderes para administrar o Fundo, cabendo-lhe, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação e regulamentação aplicável e neste Regulamento, sem prejuízo da sua obrigação de observar o escopo de atuação do Gestor:~~

~~(i) abrir e movimentar as contas bancárias do Fundo;~~

~~(ii) executar, se aplicável, as decisões de investimento em Valores Mobiliários e Ativos Financeiros tomadas recomendadas pelo Gestor Consultor, salvo se manifestamente em desacordo com a regulamentação aplicável e com a Política de Investimento, ocasião em que o Administrador justificará por escrito sua recusa;~~

~~(iii) selecionar e aprovar os Imóveis que comporão a carteira do Fundo, considerando a recomendação e/ou aconselhamento do Gestor Consultor, de acordo com a Política de Investimento;~~

~~(iv) gerir individualmente a carteira de Imóveis, considerando a recomendação e/ou aconselhamento do Gestor Consultor, nos termos estabelecidos neste Regulamento;~~

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Left, Indent: First line: 0", Space Before: 0.05 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.5 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.8 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted

Formatted: Not Expanded by / Condensed by

Formatted: Not Expanded by / Condensed by

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted



~~objetivo de manter o valor dos Imóveis ou potencializar os retornos decorrentes da exploração comercial ou~~

~~(iv) adquirir, alienar e transferir, sob qualquer forma legítima, os Imóveis integrantes da carteira do~~

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted: Condensed by 0.2 pt

Fundo, considerando a recomendação e/ou aconselhamento do Gestor, nos termos estabelecidos neste (v) Fundo, nos termos estabelecidos neste Regulamento;

(vi) representar o Fundo em juízo e fora dele, bem como transigir, desde que observadas as restrições impostas pela Lei nº 8.668/93, pela Instrução CVM nº 472/08, por este Regulamento ou por deliberação da Assembleia Geral;

(vii) providenciar a averbação, no cartório de registro de imóveis, das restrições determinadas pelo Art. 7º da Lei nº 8.668/93, fazendo constar nas matrículas dos Imóveis que venham a fazer parte da carteira que tais imóveis, bem como seus frutos e rendimentos, que: (a) não integram o ativo do Administrador; (b) não respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação do Administrador; (c) não compõem a lista de bens e direitos do Administrador, para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial; (d) não podem ser dados em garantia de débito de operação do Administrador; (e) não são passíveis de execução por quaisquer credores do Administrador, por mais privilegiados que possam ser; e (f) não podem ser objeto de constituição de quaisquer ônus reais;

(viii) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem (a) os registros dos Cotistas e de transferência das Cotas que não estejam depositadas na B3; (b) os livros de atas e de presença das Assembleias Gerais; (c) a documentação relativa aos ativos e às operações do Fundo; (d) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo; e (e) o arquivo dos pareceres e relatórios do Auditor Independente e, quando for o caso, do representante dos Cotistas e dos profissionais ou empresas contratadas e que, eventualmente, venham a ser contratadas, nos termos dos artigos 29 e 31 da Instrução CVM nº 472/08;

(ix) receber rendimentos ou quaisquer valores devidos ao Fundo;

(x) manter custodiados no Custodiante ou em outra instituição prestadora de serviços de custódia, devidamente autorizada pela CVM, os Ativos Financeiros e os Ativos Imobiliários, adquiridos com recursos do Fundo;

(xi) no caso de ser informado sobre a instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (v) acima até o término do procedimento;

(xii) divulgar informações em conformidade com e observados os prazos previstos neste Regulamento e na regulamentação aplicável;

(xiii) manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo Fundo;

(xiv) dar, desde que requisitado e recomendado pelo Gestor Consultor, representação legal para o exercício do direito de voto em assembleias de titulares dos Ativos Financeiros ou dos Ativos Imobiliários detidos pelo Fundo, conforme

[BTG Pactual](#)

SAC: 0800-772-28-27 — Ouvidoria: 0800-722-00-48 — [btgpactual.com](#)

Formatted: List Paragraph, Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87", Tab stops: 0.87", Left

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Left, Indent: Left: 0.08", First line: 0", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.3 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.7 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.8 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Font: 11 pt

Formatted: Font: 11 pt, Condensed by 0.2 pt

Formatted: Font: 11 pt

Formatted: Font: 11 pt, Condensed by 0.2 pt

Formatted: Font: 11 pt

Formatted: Font: 11 pt, Condensed by 0.2 pt

Formatted: Font: 11 pt

~~política de voto adotada pelo Gestor, de acordo com os requisitos mínimos exigidos pelo Código ANBIMA e~~
(xiv) ~~política de voto adotada, de acordo com os requisitos mínimos exigidos pelo Código ANBIMA e~~
pelas diretrizes fixadas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA;

(xv) observar as disposições constantes deste Regulamento, bem como as deliberações da Assembleia Geral;

(xvi) exercer suas atividades com boa-fé, transparência, diligência e lealdade em relação ao Fundo e aos Cotistas, nos termos da legislação aplicável, em observância às recomendações e orientações do ~~Gestor~~ Consultor;

(xvii) considerando a recomendação do ~~Gestor~~ Consultor, representar o Fundo em juízo e fora dele e praticar todos os atos necessários à administração da carteira do Fundo;

(xviii) ~~observadas as competências do Gestor~~, celebrar os negócios jurídicos e realizar todas as operações necessárias à execução da Política de Investimento, exercendo, ou diligenciando para que sejam exercidos, todos os direitos relacionados ao patrimônio e às atividades do Fundo;

(xix) controlar e supervisionar as atividades inerentes à gestão dos Ativos Imobiliários e dos Ativos Financeiros, fiscalizando os serviços prestados por terceiros; e

(xx) contratar, em nome do Fundo, os seguintes serviços facultativos, ~~considerando a orientação do Gestor~~:

a. distribuição das Cotas a cada nova Oferta;

b. consultoria especializada, que objetive dar suporte e subsidiar o ~~Administrador e o Gestor~~, em suas atividades de análise, seleção e avaliação dos Ativos Imobiliários; e

c. Formador de Mercado.

Artigo 23 Os serviços a que se referem as alíneas “a” e “c” do inciso (xx) do artigo acima podem ser prestados pelo próprio Administrador ou por terceiros, desde que, em qualquer dos casos, devidamente habilitados. No entanto, para que o serviço a que se refere a alínea “a” do inciso (xx) deste artigo seja prestado pelo próprio Administrador ou pelo ~~Gestor~~ Consultor, ou por pessoas a eles ligadas, a contratação de tal serviço deverá ser objeto de aprovação prévia, específica e informada em Assembleia Geral de Cotista, nos termos do artigo 34 da Instrução CVM nº 472/08.

Artigo 24 É vedado ao Administrador e/ou ao ~~Gestor~~ Consultor o exercício da função de Formador de Mercado, observado o disposto no artigo 22 acima.

Formatted: Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Left, Indent: Left: 0.08", First line: 0", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.8 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.7 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Artigo 25 A contratação de partes relacionadas ao Administrador ~~e/ou ao Gestor~~ do Fundo para o exercício da função de Formador de Mercado deve ser submetida à aprovação prévia da Assembleia Geral de Cotistas nos termos do art. 34 da Instrução CVM nº 472/08.

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Condensed by 0.45 pt

CAPÍTULO IX. RENÚNCIA, DESCREDECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR ~~E DO GESTOR~~

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.25 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Artigo 26 O Administrador ~~e/ou o Gestor~~, conforme o caso, deverá cessar o exercício de suas funções nas hipóteses de renúncia ou destituição pela Assembleia Geral, nos termos deste Capítulo ou de descredenciamento pela CVM.

Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral, convocada conforme previsto neste Regulamento, poderá deliberar sobre a destituição do Administrador, observando-se os quóruns estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo Segundo. Em caso de renúncia, destituição ou descredenciamento do ~~Gestor~~, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a eleição de seu substituto, que deverá ser indicado pelo Administrador na respectiva convocação. Enquanto um novo gestor não for indicado e aprovado pelos Cotistas o Administrador não poderá adquirir ou alienar os Ativos Imobiliários, sem que tal aquisição ou alienação seja aprovada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro. Em caso de renúncia ou descredenciamento do Administrador, a Assembleia Geral reunir-se-á para deliberar sobre a eleição de seu substituto, o que poderá ocorrer mediante convocação por Cotistas representando ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas, pela CVM ou pelo próprio Administrador.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.5 pt

Parágrafo Quarto. Na hipótese de destituição do ~~Gestor~~ Administrador, sem justa causa, por deliberação dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, aplicar-se-á o seguinte:

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

(a) se a destituição tiver sido deliberada por Cotistas representando no mínimo: (i) 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas emitidas pelo Fundo, caso este tenha mais de 100 (cem) Cotistas; ou (ii) metade das Cotas emitidas pelo Fundo, caso este tenha até 100 (cem) Cotistas, o ~~Gestor~~ Administrador não receberá qualquer indenização por conta da sua destituição; ou

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted: Left, Indent: First line: 0", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: a, b, c, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.15" + Indent at: 0.08"

(b) se a destituição tiver sido deliberada por Cotistas representando menos do que: (i) 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas emitidas pelo Fundo, caso este tenha mais de 100 (cem) Cotistas; ou (ii) a metade das Cotas emitidas pelo Fundo, caso este tenha até 100 (cem) Cotistas, o ~~Gestor~~ Administrador receberá a Indenização do ~~Gestor~~ Administrador que será devida pelo Fundo ~~ao Gestor~~ por 24 (vinte e quatro) meses a contar do mês subsequente ao mês em que ocorreu a destituição. A Indenização do ~~Gestor~~ Administrador será de 0,8% (oito décimos por cento) aplicado sobre a Base de Cálculo da Taxa de Administração conforme prevista no Regulamento, calculada mensalmente por período vencido e quitada até o 5º (quinto) dia útil do mês

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted: Left, Indent: First line: 0", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: a, b, c, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.15" + Indent at: 0.08"

Formatted: Condensed by 0.65 pt

Formatted: Condensed by 0.6 pt

subsequente ao mês de apuração, sendo que o primeiro pagamento será pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da destituição.

Parágrafo Quinto. A Indenização do Gestor Administrador será abatida: (i) da parcela da Taxa de Administração que venha a ser atribuída ao novo gestor que venha a ser indicado em substituição ao Gestor Administrador; e/ou (ii) caso a Nova Taxa de Gestão não seja suficiente para arcar com os pagamentos relacionados à Indenização do Gestor Administrador, conforme prazo de pagamento estabelecido acima, da parcela da Taxa de Administração ~~que seria destinada ao Gestor~~, caso este não houvesse sido destituído, subtraída a Nova Taxa de Gestão – sendo certo, desse modo, que a Indenização do Gestor Administrador não implicará: (a) em redução da remuneração do Administrador e demais prestadores de serviço do Fundo, exceto pela remuneração do novo gestor; tampouco (b) em aumento dos encargos do Fundo considerando o montante máximo da Taxa de Administração previsto nesse Regulamento.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Parágrafo Sexto. Para os fins deste Regulamento, será considerada justa causa a comprovação de que:

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.25 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

(A) conforme determinado por sentença arbitral final, sentença judicial contra a qual não caiba recurso com efeitos suspensivos, ou decisão administrativa definitiva, a prática ou constatação dos seguintes atos ou situações: (i) comprovada negligência, dolo e/ou má-fé na atuação do Gestor Administrador; (ii) comprovada fraude e/ou desvio de conduta e/ou função no desempenho das respectivas funções, deveres ou no cumprimento de obrigações nos termos deste Regulamento e/ou legislação ou regulamentação aplicáveis; (iii) descredenciamento pela CVM como gestor de carteira de valores mobiliários; (iv) condenação do Gestor Administrador em crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro; ou (v) impedimento do Gestor Administrador de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários brasileiro;

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Left, Indent: First line: 0", Space Before: 0.05 pt, Numbered + Level: 2 + Numbering Style: A, B, C, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.16" + Indent at: 0.08"

(B) o Gestor Administrador esteja em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial; ou

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.25 pt

(C) o Gestor Administrador tenha comprovadamente descumprido suas obrigações ~~listadas no Contrato de Gestão~~, neste Regulamento ou na legislação aplicável, e, uma vez notificada sobre o descumprimento pelo Administrador, não o sane no prazo de 10 (dez) Dias Úteis.

Formatted: Left, Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.22", Numbered + Level: 2 + Numbering Style: A, B, C, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.16" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Parágrafo Sétimo. Na hipótese de renúncia ou descredenciamento do Administrador ~~e/ou Gestor~~, este fica obrigado a convocar imediatamente a Assembleia Geral para eleger seu substituto ~~ou o substituto do Gestor~~ ou deliberar a liquidação do Fundo, a qual deverá ser efetuada pelo Administrador, ainda que após sua renúncia e/ou descredenciamento. Nas hipóteses de renúncia, destituição ou descredenciamento do Gestor, ~~deverá o Administrador~~, este deverá convocar imediatamente a assembleia geral para eleger seu sucessor, que poderá ser indicado pelo Administrador na respectiva convocação ou deliberar sobre a liquidação do Fundo, a qual deverá ser efetuada pelo Administrador, ~~ainda que após a renúncia do Gestor~~sa, sendo certo que assembleia geral que destituir o Gestor Administrador, no mesmo ato, deverá eleger seu substituto ou deliberar quanto à liquidação do Fundo.

Formatted: Left, Indent: First line: 0", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 2 + Numbering Style: A, B, C, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.16" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Condensed by 0.8 pt

Formatted: Condensed by 0.7 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.65 pt

Parágrafo Oitavo. A não substituição do ~~Gestor ou do~~ Administrador: (i) até 120 (cento e vinte) dias

Formatted: Condensed by 0.75 pt

contados da data da renúncia, substituição ou do descredenciamento; ou (ii) até 30 (trinta) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial do ato que decretar a liquidação extrajudicial, configura evento de liquidação antecipada do Fundo independentemente de realização de Assembleia Geral. Enquanto um novo gestor não for indicado e aprovado pelos cotistas nenhuma aquisição ou alienação de Ativos Imobiliários poderá ser realizada pelo Fundo, sem a prévia aprovação em assembleia geral, observado que os compromissos vinculantes já firmados poderão ser cumpridos pelo Fundo.

Parágrafo Nono. O Administrador deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou o término do prazo indicado no Parágrafo Oitavo, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Décimo. Caso a Assembleia Geral referida no Parágrafo Sétimo não se realize, não chegue a uma decisão sobre a escolha do novo Administrador, não delibere por insuficiência do quórum necessário, ou ainda caso o novo Administrador eleito não seja efetivamente empossado no cargo, o Administrador poderá, dentro do prazo estabelecido no Parágrafo Oitavo, convocar nova Assembleia Geral para nova eleição de Administrador ou deliberação sobre o procedimento para a liquidação do Fundo ou incorporação do Fundo por outro fundo de investimento.

Parágrafo Décimo primeiro. Caso a Assembleia Geral para deliberação sobre liquidação de que trata a parte final do Parágrafo Décimo acima não se realize ou não seja obtido quórum suficiente para a deliberação, o Administrador dará início aos procedimentos relativos à liquidação antecipada do Fundo, permanecendo no exercício de suas funções até conclusão da liquidação do Fundo.

Parágrafo Décimo segundo. No caso de renúncia ou destituição do Administrador ~~ou do Gestor~~, estes continuarão recebendo, até a sua efetiva substituição ou liquidação do Fundo, a remuneração estipulada por este Regulamento, calculada *pro rata temporis* até a data em que exercer suas funções, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Décimo terceiro. No caso de liquidação extrajudicial do Administrador, deverá ser observado o disposto na regulamentação aplicável.

CAPITULO X. VEDAÇÕES

Artigo 27 É vedado ao Administrador ~~e ao Gestor~~, no exercício de suas respectivas funções e utilizando os recursos do Fundo:

- (i) receber depósito em sua conta corrente;
- (ii) conceder empréstimos, adiantar rendas futuras ou abrir créditos aos Cotistas sob qualquer

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.35 pt

Formatted: Condensed by: 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.5 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.9 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Condensed by: 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Numbered + Level: 3 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", First line: 0", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 3 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

modalidade;

- ▲ (iii) contrair ou efetuar empréstimo;
- ▲ (iv) prestar fiança, aval, bem como aceitar ou coobrigar-se sob qualquer forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- ▲ (v) aplicar no exterior recursos captados no país;
- ▲ (vi) aplicar recursos na aquisição das Cotas do próprio Fundo;
- ▲ (vii) vender à prestação as Cotas, admitida a divisão da emissão em séries e integralização via chamada de capital;
- ▲ (viii) prometer rendimentos predeterminados aos Cotistas;
- ▲ (ix) ressalvada a hipótese de aprovação em Assembleia Geral, nos termos do art. 34 da Instrução CVM nº 472/08, realizar operações do Fundo quando caracterizada situação de Conflito de Interesses entre o Fundo e o Administrador ou Gestor/Consultor, entre o Fundo e os Cotistas mencionados no § 3º do art. 35 da Instrução CVM nº 472/08, entre o Fundo e o representante de Cotistas ou entre o Fundo e o empreendedor;
- ▲ (x) constituir ônus reais sobre os Ativos Imobiliários integrantes do patrimônio do Fundo;
- ▲ (xi) realizar operações com ativos financeiros ou modalidades operacionais não previstas na regulamentação;
- ▲ (xii) realizar operações com ações e outros valores mobiliários fora de mercados organizados autorizados pela CVM, ressalvadas as hipóteses de distribuições públicas, de exercício de direito de preferência e de conversão de debêntures em ações, de exercício de bônus de subscrição, nos casos em que a CVM tenha concedido prévia e expressa autorização;
- ▲ (xiii) realizar operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial e desde que a exposição seja sempre, no máximo, o valor do Patrimônio Líquido; e
- ▲ (xiv) praticar qualquer ato de liberalidade.
- ▲ **Parágrafo Primeiro.** A vedação prevista no inciso (x) acima não impede a aquisição, pelo Fundo, de Imóveis sobre os quais tenham sido constituídos ônus reais anteriormente ao seu ingresso no patrimônio do Fundo.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 2.35 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.7 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.75 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.9 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Segundo. O Fundo poderá emprestar seus títulos e valores mobiliários, desde que tais operações de empréstimo sejam cursadas exclusivamente através de serviço autorizado pelo BACEN ou pela CVM ou usá-los para prestar garantias de operações próprias.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 2.35 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Parágrafo Terceiro As disposições previstas no inciso IX acima serão aplicáveis somente aos Cotistas que detenham participação correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do patrimônio do Fundo.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

CAPÍTULO XI. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Artigo 28 Os bens e direitos integrantes do patrimônio do Fundo serão adquiridos pelo Administrador em caráter fiduciário, por conta e em benefício do Fundo e dos Cotistas, cabendo-lhe administrar, negociar e dispor desses bens ou direitos, bem como exercer todos os direitos inerentes a eles, com o fim exclusivo de realizar o objeto e a Política de Investimento, obedecidas as decisões tomadas pela Assembleia Geral.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.9 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Único. Os bens e direitos integrantes do patrimônio do Fundo, bem como seus frutos e rendimentos, não se comunicam com o patrimônio do Administrador.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Artigo 29 No instrumento de aquisição de bens e direitos integrantes do patrimônio do Fundo, o Administrador fará constar as restrições decorrentes da propriedade fiduciária, previstas no inciso (vii) do artigo 22 acima, e destacará que os bens adquiridos constituem patrimônio do Fundo.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Artigo 30 Exceto se previsto de forma diversa nessa Regulamento, o Cotista não responde pessoalmente por qualquer obrigação legal ou contratual relativa aos Ativos Imobiliários e aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo ou do Administrador, salvo quanto à obrigação de pagamento das Cotas que subscrever. Nas hipóteses de: (i) decisão da Assembleia Geral; (ii) os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas superarem o limite total do Patrimônio Líquido; ou (iii) em qualquer hipótese de o Patrimônio Líquido ficar negativo, os Cotistas poderão ser chamados a deliberar sobre novos aportes de capital no Fundo para que as obrigações pecuniárias do Fundo sejam adimplidas, conforme previsto neste Regulamento.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

CAPÍTULO XII. CONFLITO DE INTERESSES

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.45 pt

Artigo 31 Os atos que caracterizem Conflito de Interesses dependem de aprovação prévia, específica e informada da Assembleia Geral, nos termos do artigo 34 da Instrução CVM nº 472/08.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Parágrafo Único. Não poderá votar nas Assembleias Gerais o Cotista que esteja em situação que configure Conflito de Interesses. A restrição prevista neste artigo aplica-se apenas às matérias que envolvam a situação de Conflito de Interesses em questão.

CAPÍTULO XIII. CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

Artigo 32 O patrimônio do Fundo é representado por 1 (uma) classe de Cota.

Parágrafo Primeiro. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, subscrição e integralização das Cotas estão descritos neste Capítulo XIII.

Parágrafo Segundo. As Cotas garantem aos seus titulares idênticos direitos políticos e econômicos, inclusive no que se refere aos pagamentos de rendimentos e amortizações, conforme aplicável.

Parágrafo Terceiro. As Cotas são escriturais, nominativas e correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, cuja propriedade presume-se pelo registro do nome do Cotista no livro de registro de Cotistas ou na conta de depósito das Cotas.

Parágrafo Quarto. As Cotas deverão ser subscritas para integralização em moeda corrente nacional, nos prazos fixados no respectivo Suplemento, sendo certo que a eventual Assembleia Geral que venha a aprovar a realização de uma nova Oferta poderá autorizar que seja realizada a integralização das novas Cotas em Ativos Imobiliários, desde que essa integralização seja feita com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, de acordo com o anexo 12 da Instrução CVM nº 472/08, bem como de acordo com os documentos da respectiva Oferta.

Parágrafo Quinto. O Cotista não poderá exercer qualquer direito real sobre os imóveis que venham a ser integrantes do patrimônio do Fundo.

Artigo 33 Caso entenda pertinente para fins do cumprimento dos objetivos e da Política de Investimento, o Administrador, considerando a orientação do Gestor Consultor, poderá deliberar por realizar novas emissões das Cotas, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, desde que: (i) limitadas ao montante do Capital Autorizado; e (ii) não prevejam a integralização das Cotas da nova emissão em bens e direitos.

Parágrafo Primeiro. Sem prejuízo do disposto acima, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre novas emissões das Cotas em montante superior ao Capital Autorizado ou em condições diferentes daquelas previstas acima, seus termos e condições, incluindo, sem limitação, a possibilidade de distribuição parcial e o

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.25 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.75 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.9 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt

Formatted: Right: 0", Space Before: 5.45 pt, Line spacing: single

cancelamento de saldo não colocado findo o prazo de distribuição, observadas as disposições da legislação aplicável.

~~o cancelamento de saldo não colocado findo o prazo de distribuição, observadas as disposições da legislação aplicável.~~

Parágrafo Segundo. Na hipótese de emissão de novas Cotas o preço de emissão das Cotas objeto da respectiva Oferta deverá ser fixado preferencialmente tendo-se em vista (i) o valor patrimonial das Cotas, representado pelo quociente entre o valor do patrimônio líquido contábil atualizado do Fundo e o número de Cotas emitidas, apurado em data a ser fixada no respectivo instrumento de aprovação da nova emissão; (ii) o valor de mercado das Cotas já emitidas, apurado em data ou período a ser fixado no respectivo instrumento de aprovação da nova emissão; ou (iii) as perspectivas de rentabilidade do Fundo. Em caso de emissões de novas Cotas até o limite do Capital Autorizado, caberá ao Administrador a escolha do critério de fixação do valor de emissão das novas Cotas dentre as três alternativas acima, conforme orientação a ser dada pelo ~~Gestor~~Consultor. Nos demais casos, o preço de emissão de novas Cotas deverá ser fixado por meio de Assembleia Geral, conforme recomendação do ~~Gestor~~Consultor.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Terceiro. No âmbito das emissões realizadas, os Cotistas terão o direito de preferência na subscrição de novas Cotas na proporção de suas respectivas participações, respeitando-se os prazos e procedimentos operacionais da B3 necessários ao exercício de tal direito de preferência. Caberá à deliberação pela Assembleia Geral ou ao Administrador, no instrumento de deliberação do Administrador, no caso de novas emissões aprovadas dentro do Capital Autorizado, fixar a data base definindo quais Cotistas terão direito de preferência. Salvo se disposto de forma diversa no documento que venha a aprovar a Oferta, não haverá direito de preferência nas emissões que prevejam a integralização em Ativos Imobiliários.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.65 pt

Parágrafo Quarto. Os Cotistas poderão ceder seu direito de preferência entre os próprios Cotistas ou a terceiros, observados os procedimentos operacionais da B3 e/ou do Escriturador, conforme o caso, e a deliberação da Assembleia Geral ou do instrumento de deliberação do Administrador, no caso de novas emissões aprovadas dentro do Capital Autorizado.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6 pt

Artigo 34 As Cotas serão objeto de Ofertas, observado que no âmbito da respectiva Oferta, o Administrador ~~e o Gestor~~, em conjunto com as respectivas instituições contratadas para a realização da distribuição das Cotas, poderão estabelecer o público alvo para a respectiva emissão e Oferta.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Parágrafo Primeiro. A subscrição das Cotas deverá ser realizada até a data de encerramento da respectiva Oferta. As Cotas que não forem subscritas serão canceladas pelo Administrador.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Segundo. Quando da subscrição das Cotas, o investidor deverá assinar, para a respectiva Oferta, dentre outros documentos que vierem a ser exigidos pelos participantes da Oferta, observada a legislação aplicável, o Termo de Adesão, para atestar que tomou ciência (i) do teor deste Regulamento; (ii) do teor do prospecto do Fundo, quando existente; (iii) dos riscos associados ao investimento no Fundo; (iv) da Política de Investimento; (v) da possibilidade de ocorrência de Patrimônio Líquido negativo, e, neste caso,

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

de possibilidade de ser chamado a realizar aportes adicionais de recursos. No caso de Ofertas conduzidas nos termos da Resolução CVM 160, o investidor deverá assinar também a declaração de investidor profissional, que poderá constar do respectivo Termo de Adesão, nos termos da regulamentação em vigor.

Formatted: Justified, Indent: Left: 0.01", Space Before: 0.9 pt, Line spacing: single

Parágrafo Terceiro. Não poderá ser iniciada nova Oferta antes de totalmente subscritas ou canceladas as Cotas remanescentes da Oferta anterior.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.7 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Artigo 35 Não há limites máximos ou mínimos de investimento no Fundo por qualquer investidor exceto pelos eventuais limites que venham a ser estabelecidos no âmbito de cada Oferta.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.7 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Artigo 36 As Cotas serão admitidas à negociação exclusivamente em mercado de bolsa administrado pela B3, sendo que somente as Cotas integralizadas poderão ser negociadas na B3.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.5 pt

Parágrafo Único. Para efeitos do disposto neste artigo, não são consideradas negociação das Cotas as transferências não onerosas das Cotas por meio de doação, herança e sucessão.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Artigo 37 Fica vedada a negociação de fração das Cotas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.7 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Artigo 38 Não é permitido o resgate das Cotas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.8 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

CAPÍTULO XIV. APURAÇÃO DO VALOR DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 39 A apuração do valor dos Ativos Financeiros e dos Ativos Imobiliários integrantes da carteira do Fundo, é de responsabilidade do Administrador, cabendo-lhe calcular os valores dos ativos a partir dos seus critérios, metodologia e fontes de informação, de acordo com a regulamentação vigente, devendo o Administrador manter sempre contratada instituição custodiante, caso assim exigido nos termos da regulamentação em vigor.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Primeiro. O critério de apuração dos Ativos Financeiros e dos Ativos Imobiliários é reproduzido no manual de apuração dos ativos do Custodiante.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt

CAPÍTULO XV. RISCOS

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Artigo 40 O investimento no Fundo não representa e nem deve ser considerado, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, garantia de rentabilidade aos Cotistas por parte do Administrador, e/ou do Gestor Consultor. Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os Cotistas devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos o Fundo e os seus investimentos e aplicações, conforme descritos no Anexo II deste Regulamento e no Informe Anual, nos termos do Anexo da 39-V da Instrução CVM nº 472/08, sendo que não há quaisquer garantias de que o capital efetivamente integralizado será remunerado conforme

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

expectativa dos Cotistas.

expectativa dos Cotistas.

CAPÍTULO XVI. ENCARGOS

Artigo 41 Além da Taxa de Administração constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais ou autárquicas que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) gastos com correspondência, impressão, expedição e publicação de relatórios e outros expedientes de interesse do Fundo e dos Cotistas, inclusive comunicações aos Cotistas previstas no Regulamento ou na Instrução CVM nº 472/08;
- (iii) gastos da distribuição primária das Cotas, bem como com seu registro para negociação em mercado organizado de valores mobiliários;
- (iv) honorários e despesas do Auditor Independente;
- (v) comissões e emolumentos, pagos sobre as operações do Fundo, incluindo despesas com os assessores legais e técnicos, bem como avaliadores, necessários para as operações do Fundo;
- (vi) honorários advocatícios, custas e despesas correlatas incorridas na análise para a aquisição de novos Ativos Imobiliários e na defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de eventual condenação que seja eventualmente imposta ao Fundo;
- (vii) gastos derivados da celebração de contratos de seguro sobre os ativos do Fundo, bem como a parcela de prejuízos não cobertos por apólices de seguro, desde que não decorrentes diretamente de culpa ou dolo do Administrador e/ou do Gestor Consultor no exercício de suas respectivas funções;
- (viii) gastos inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do Fundo e realização de Assembleia Geral;
- (ix) gastos decorrentes de avaliações previstas na regulamentação e legislação vigente, incluindo, mas não se limitando, às avaliações previstas na Instrução CVM nº 516/11;
- (x) gastos necessários à manutenção, conservação e reparos de imóveis que venham a ser integrantes do patrimônio do Fundo conforme previsto neste Regulamento ou autorizadas pela Assembleia Geral;

BTG Pactual

SAC: 0800 772 28 27 — Ouvidoria: 0800 722 00 48 — btgpactual.com

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Left, Indent: First line: 0", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Left, Indent: First line: 0", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.75 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.8 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.8 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted

(xi) taxas de ingresso e saída dos fundos investidos, se houver;

(xi) taxas de ingresso e saída dos fundos investidos, se houver;

(xii) honorários e despesas relacionados às atividades de consultoria especializada, dos terceiros contratados para avaliar, monitorar ou supervisionar os investimentos do Fundo e de Formador de Mercado;

(xiii) despesas com o registro de documentos em cartório;

(xiv) honorários e despesas relacionadas às atividades previstas no artigo 25 da Instrução CVM nº 472/08; e

(xv) taxa de custódia de títulos ou valores mobiliários que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo Primeiro. Quaisquer despesas não expressamente previstas como encargos do Fundo devem correr por conta do Administrador.

Parágrafo Segundo. Os custos com a contratação de terceiros para os serviços de (i) manutenção de departamento técnico habilitado a prestar serviços de análise e acompanhamento de projetos imobiliários; (ii) atividades de tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários; (iii) escrituração das Cotas; (iv) custódia de títulos e valores mobiliários; e (v) gestão dos valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo serão deduzidos da Taxa de Administração.

CAPÍTULO XVII. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Artigo 42 O Administrador publicará as informações especificadas abaixo, na periodicidade respectivamente indicada, em sua página na rede mundial de computadores e as manterá disponíveis aos Cotistas em sua sede, no endereço indicado neste Regulamento.

Parágrafo Único. As informações abaixo especificadas serão remetidas pelo Administrador à CVM, por meio do seu sistema de envio de documentos, e às entidades administradoras do mercado organizado em que as Cotas sejam admitidas a negociação.

Artigo 43 O Administrador deve prestar as seguintes informações periódicas sobre o Fundo:

(i) mensalmente, até 15 (quinze) dias após o encerramento do mês, o formulário eletrônico cujo conteúdo reflete o Anexo 39-I da Instrução CVM nº 472/08;

(ii) trimestralmente, até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento de cada trimestre, o

BTG Pactual
SAC: 0800-772-28-27 — Ouvidoria: 0800-722-00-48 — btgpactual.com

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Left, Indent: First line: 0", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 12 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Left, Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 12 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.45 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.8 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.95 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.1 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt

Formatted



(xi) taxas de ingresso e saída dos fundos investidos, se houver;
formulário eletrônico cujo conteúdo reflete o Anexo 39-II da Instrução CVM nº 472/08;

(iii) anualmente, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício;

(iii) anualmente, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício:

- a. as demonstrações financeiras;
 - b. o parecer do Auditor Independente; e
 - c. o formulário eletrônico cujo conteúdo reflete o Anexo 39-V da Instrução CVM nº 472/08.
- (iv) anualmente, tão logo receba, o relatório do representante de Cotistas;
- a. até 08 (oito) dias após sua ocorrência, a ata da Assembleia Geral Ordinária; e
 - b. no mesmo dia de sua realização, o sumário das decisões tomadas na Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 44 O Administrador deve disponibilizar aos Cotistas os seguintes documentos, relativos a informações eventuais sobre o Fundo:

- (i) edital de convocação, proposta da administração e outros documentos relativos a Assembleias gerais extraordinárias, no mesmo dia de sua convocação;
- (ii) até 08 (oito) dias após sua ocorrência, a ata da Assembleia Geral Extraordinária;
- (iii) fatos relevantes;
- (iv) até 30 (trinta) dias a contar da conclusão do negócio, a avaliação relativa aos imóveis, bens e direitos de uso adquiridos pelo Fundo, nos termos do artigo 45, § 4º, da Instrução CVM nº 472/08 e com exceção das informações mencionadas no item 7 do Anexo 12 à Instrução CVM nº 472/08 quando estiverem protegidas por sigilo ou se prejudicarem a estratégia do Fundo;
- (v) no mesmo dia de sua realização, o sumário das decisões tomadas na Assembleia Geral Extraordinária; e
- (vi) em até 2 (dois) dias, os relatórios e pareceres encaminhados pelo representante de Cotistas, com exceção daquele mencionado no inciso V do artigo 39 da Instrução CVM nº 472/08.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Numbered + Level: 2 + Numbering Style: a, b, c, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.87" + Indent at: 1.66"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.75 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.45 pt

Formatted



(iii) anualmente, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício;

Artigo 45 O Administrador manterá sempre disponível em sua página na rede mundial de computadores cópia do Regulamento, em sua versão vigente e atualizada.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Artigo 46 O Administrador deve manter em sua página na rede mundial de computadores, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados de sua divulgação, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações, periódicas ou eventuais, exigidos pela Instrução CVM nº 472/08, bem como indicação dos endereços físicos e eletrônicos em que podem ser obtidas as informações e documentos relativos ao Fundo.

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Parágrafo Primeiro. O Administrador deve manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, toda a correspondência, interna e externa, todos os relatórios e pareceres relacionados com o exercício de suas atividades.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.7 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Segundo. O comunicado, envio, divulgação e/ou disponibilização, pelo Administrador, de quaisquer informações, comunicados, cartas e documentos, cuja obrigação esteja disposta neste Regulamento ou na regulamentação vigente, será realizado por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de correspondência física.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.8 pt

Parágrafo Terceiro. Manifestações de Cotistas, tais como voto, ciência, concordância ou quaisquer outras formas dispostas neste Regulamento ou na regulamentação vigente, poderão ser encaminhadas ao Administrador por meio de correspondência física ou eletrônica.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.9 pt

CAPÍTULO XVIII. POLÍTICA DE AMORTIZAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.75 pt

Artigo 47 O Administrador distribuirá aos Cotistas, independentemente da realização de Assembleia Geral, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos resultados auferidos pelo Fundo, apurados segundo o regime de caixa, com base em balanço semestral encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis (“Montante Mínimo de Distribuição”).

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Artigo 48 Ao longo de cada semestre, o resultado apurado segundo o regime de caixa poderá, a critério do Gestor, em comum acordo com o Administrador, ser distribuído aos Cotistas, mensalmente, sempre no 5º (quinto) Dia Útil do segundo mês subsequente ao mês de competência (“Mês de Competência” e “Data de Distribuição”, respectivamente) observado que, na Data de Distribuição relativa ao 6º (sexto) Mês de Competência de cada semestre, tenha-se pago, ao menos, o Montante Mínimo de Distribuição.- O mencionado percentual mínimo será observado apenas semestralmente, sendo que os adiantamentos realizados mensalmente poderão não atingir o referido percentual mínimo.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Artigo 49 Os resultados auferidos, apurados segundo o regime de caixa, com base em balanço semestral encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, que excedam ao Montante Mínimo de Distribuição e que não tenham sido distribuídos nos termos dos Artigos 47 e 48 deste Regulamento, serão, a critério do Gestor, em comum acordo com o Administrador, mediante recomendação do Consultor:

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

(i) reinvestidos em Ativos, para posterior distribuição aos Cotistas, a critério do ~~Gestor, de comum acordo com o~~ Administrador, mediante recomendação do Consultor, em qualquer das Datas de Distribuição; e/ou

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 2.35 pt

Formatted: Justified, Space Before: 0.05 pt, Numbered + Level: 2 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.19" + Indent at: 0.58"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.7 pt

Formatted: Justified, Indent: Hanging: 0.43", Space Before: 0.05 pt, Numbered + Level: 2 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.19" + Indent at: 0.58"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

(ii) destinados à Reserva de Contingência, admitindo-se sua posterior distribuição aos Cotistas, observadas as restrições decorrentes da legislação e/ou regulamentação aplicáveis, exclusivamente nas hipóteses: (i) de deliberação dos Cotistas; (ii) de liquidação do Fundo, nos termos do Regulamento; e/ou (iii) descritas no item 51 abaixo.

Artigo 50 Farão jus aos rendimentos de que trata o caput do Artigo 47 os titulares de cotas do FUNDO no fechamento do último dia útil do mês anterior à data de distribuição de rendimento de cada mês, de acordo com as contas de depósito mantidas pela instituição escrituradora das cotas.

Artigo 51 Para suprir eventual inadimplência e/ou deflação em reajuste nos valores devidos ao Fundo e/ou para arcar com eventuais despesas extraordinárias, observado o previsto no Art. 47 da Instrução CVM 472, poderá ser constituída uma reserva de contingência ("Reserva de Contingência"). Entende-se por despesas extraordinárias aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros relacionados ao Fundo. Os recursos da Reserva de Contingência serão aplicados em cotas de fundos de renda fixa e/ou títulos de renda fixa, e os rendimentos decorrentes desta aplicação poderão ser incorporados ao valor da Reserva de Contingência, sem prejuízo da distribuição mínima referida acima.

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Parágrafo único. Para a constituição ou recomposição da Reserva de Contingência, será procedida a retenção de até 5% (cinco por cento) do rendimento semestral apurado pelo critério de caixa.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.95 pt

Artigo 52 O Fundo manterá sistema de registro contábil, permanentemente atualizado, de forma a demonstrar aos cotistas as parcelas distribuídas a título de pagamento de rendimento.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.75 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

CAPÍTULO XIX. TRIBUTAÇÃO

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt

Artigo 53 Não há limitação de subscrição ou aquisição de Cotas por qualquer investidor, pessoa natural ou jurídica, brasileiro ou não residente. Entretanto, caso o Fundo aplique recursos em empreendimento imobiliário que tenha como incorporador, construtor ou sócio, Cotista que possua, isoladamente ou em conjunto com pessoa a ele ligada, mais de 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas em circulação, o Fundo será tributado como pessoa jurídica nos termos da Lei nº 9.779/99.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Primeiro. Os rendimentos distribuídos pelo Fundo ao Cotista pessoa física serão isentos de imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual, desde que (i) o Fundo possua, no mínimo, 50 (cinquenta) Cotistas; (ii) o Cotista pessoa física não seja titular das Cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das Cotas emitidas ou cujas Cotas lhe derem direito ao recebimento de

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt



rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo; e (iii) as Cotas

sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado.

Parágrafo Segundo. O Administrador ~~e o Gestor~~ não dispõem de mecanismos para evitar alterações no tratamento tributário conferido ao Fundo ou aos seus Cotistas ou para garantir o tratamento tributário mais benéfico a estes.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 9.3 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

CAPÍTULO XX. ASSEMBLEIA GERAL

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Artigo 54 A convocação da Assembleia Geral de Cotistas pelo Administrador far-se-á mediante correspondência encaminhada a cada Cotista, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de correspondência física, e disponibilizada na página do Administrador na rede mundial de computadores, contendo, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada tal Assembleia Geral e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Primeiro. Será admitido o exercício de voto à distância por meio de plataformas eletrônicas, como o caso da Central de Inteligência Corporativa (“CICORP”), conforme procedimentos descritos nos Ofícios Circulares divulgados pela B3.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.5 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Parágrafo Segundo. A primeira convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência no caso de Assembleias Gerais Ordinárias e com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência no caso de Assembleias Gerais Extraordinárias, contado o prazo da data de comprovação de recebimento da convocação pelos Cotistas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Terceiro. Para efeito do disposto acima, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas seja providenciada juntamente com a correspondência de primeira convocação, sem a necessidade de observância de novo prazo de 30 (trinta) ou de 15 (quinze) dias, conforme o caso, entre a data da primeira e da segunda convocação.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Artigo 55 A Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á no local onde o Administrador tiver a sede, sendo que, quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, a correspondência encaminhada por correio eletrônico (e-mail) ou de correspondência física endereçada aos Cotistas indicará, com clareza, o lugar da reunião. Adicionalmente, a Assembleia Geral de Cotistas poderá ser realizada de forma eletrônica na forma que venha a ser estabelecida/regulamentada pela CVM.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Parágrafo Único. Independentemente das formalidades previstas neste item, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.7 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Artigo 56 O Administrador deve disponibilizar, na mesma data da convocação, todas as informações

[BTG Pactual](#)

SAC: 0800-772-28-27 — Ouvidoria: 0800-722-00-48 — btgpactual.com

e documentos necessários ao exercício informado do direito de voto em Assembleias Gerais de Cotistas:

- (vi) dissolução e liquidação do Fundo;
 - (vii) alteração do mercado em que as Cotas são admitidas à negociação;
 - (viii) apreciação do laudo de avaliação de bens e direitos utilizados na integralização de Cotas, se aplicável;
 - (ix) eleição e destituição de representante dos Cotistas, eleitos em conformidade com o disposto neste Regulamento, fixação de sua remuneração, se houver, e aprovação do valor máximo das despesas que poderão ser incorridas no exercício de sua atividade;
 - (x) contratação de Formador de Mercado que seja Parte Relacionada;
 - (xi) os atos que caracterizem potencial conflito de interesses, nos termos dos artigos 31-A, § 2º, 34 e 35, IX da Instrução CVM nº 472/08;
 - (xii) alteração do prazo de duração do Fundo;
 - (xiii) alterações na Taxa de Administração, nos termos do artigo 36 da Instrução CVM nº 472/08; e
 - (xiv) ~~destituição ou substituição do Gestor e escolha de seu respectivo substituto.~~
- Parágrafo Único.** A Assembleia Geral Ordinária deverá ocorrer anualmente, para deliberar sobre as demonstrações contábeis, em até 120 (cento e vinte) dias contados do término do exercício social do Fundo e após no mínimo 30 (trinta) dias contados da disponibilização das demonstrações contábeis auditadas aos Cotistas.
- Artigo 60** O Regulamento poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral nas hipóteses previstas no artigo 17-A da Instrução CVM nº 472/08.
- Artigo 61** Por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, os titulares de, no mínimo, 3% (três por cento) das Cotas emitidas ou o representante dos Cotistas podem solicitar, por meio de requerimento escrito encaminhado ao Administrador, a inclusão de matérias na ordem do dia da Assembleia Geral, que passará a ser ordinária e extraordinária.
- Parágrafo Primeiro.** O pedido de que trata o artigo acima deve vir acompanhado de eventuais documentos necessários ao exercício do direito de voto, inclusive aqueles mencionados no § 2º do artigo 19-A da Instrução CVM nº 472/08, e deve ser encaminhado em até 10 (dez) dias contados da data de convocação

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 2.35 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Space Before: 0.05 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted:

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted:

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.45 pt

Formatted:

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted:

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted:

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted:

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

da Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo Segundo. O percentual de que trata o artigo acima deverá ser calculado com base nas participações constantes do registro de Cotistas na data de convocação da assembleia.

Parágrafo Terceiro. Caso os Cotistas ou o representante de Cotistas tenham se utilizado da prerrogativa do o artigo acima, o Administrador deve divulgar pelos meios previstos nos incisos (i) a (iii) do artigo 52 acima, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do encerramento do prazo previsto no item acima, o pedido de inclusão de matéria bem como os documentos encaminhados pelos solicitantes.

Artigo 62 A Assembleia Geral de Cotistas poderá ainda, a qualquer momento, nomear até 1 (um) representante de Cotistas para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Artigo 63 A eleição do representante de Cotistas pode ser aprovada pela maioria dos Cotistas presentes e que representem, no mínimo:

- (i) 3% (três por cento) do total das Cotas emitidas, quando o Fundo tiver mais de 100 (cem) Cotistas; e
- (ii) 5% (cinco por cento) das Cotas emitidas, quando o Fundo tiver até 100 (cem) Cotistas.

Parágrafo Primeiro. O representante dos Cotistas terá prazo de mandato consolidado de 1 (um) ano a se encerrar na próxima Assembleia Geral Ordinária, permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo. Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas pessoa natural ou jurídica, que atenda aos seguintes requisitos, conforme estabelecido no artigo 26, da Instrução CVM nº 472/08:

- (i) ser Cotista;
- (ii) não exercer cargo ou função no Administrador, **GestorConsultor** ou Custodiante, ou no controlador do Administrador, **GestorConsultor** ou Custodiante, em sociedades por ele diretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum, ou prestar-lhes assessoria de qualquer natureza;
- (iii) não exercer cargo ou função na sociedade empreendedora em empreendimento imobiliário que

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 9.3 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted: Left, Indent: First line: 0", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.75 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.8 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Left, Indent: Left: 0.08", First line: 0", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Left, Indent: Left: 0.08", First line: 0", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

constitua objeto do Fundo, ou prestar-lhe assessoria de qualquer natureza;

(iv) não ser administrador ou gestor de outros fundos de investimento imobiliário;

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79",
Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... +
Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" +
Indent at: 0.87"

(v) não estar em conflito de interesses com o Fundo, incluindo as hipóteses dos Cotistas que sejam sócios, empregados, administradores ou colaboradores de qualquer empresa que possa ser considerada concorrente do Fundo ~~e/ou do Gestor~~; e

(vi) não estar impedido por lei especial ou ter sido condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; nem ter sido condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM.

Parágrafo Terceiro. O representante dos Cotistas eleito deverá informar ao Administrador e ao Cotista a superveniência de circunstâncias que possam impedi-lo de exercer a sua função.

Artigo 64 A Assembleia Geral de Cotistas será instalada com a presença de pelo menos 01 (um) Cotista, sendo que as deliberações poderão ser realizadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de Assembleia Geral, por meio de correspondência escrita em meio físico (carta) ou eletrônico (e-mail), a ser realizado pelo Administrador junto a cada Cotista, correspondendo cada Cota ao direito de 01 (um) voto na Assembleia Geral de Cotistas, respeitado o prazo mínimo de (i) 15 (quinze) dias de antecedência, no caso das matérias de assembleias gerais extraordinárias, e (ii) 30 (trinta) dias de antecedência, no caso das matérias de assembleias gerais ordinárias, e desde que observadas as formalidades previstas nos artigos 19, 19-A e 41, incisos I e II da Instrução CVM nº 472/08. Da consulta deverão constar todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto, sendo que o prazo de resposta observará, no mínimo, os prazos de convocação das Assembleias Gerais previstos no Parágrafo Primeiro do artigo 50 desse Regulamento.

Artigo 65 Todas as decisões em Assembleia Geral deverão ser tomadas por votos dos Cotistas que representem, no mínimo, a maioria simples das Cotas dos presentes, correspondendo a cada Cota um voto, não se computando os votos em branco, excetuadas as hipóteses de quórum qualificado. Por maioria simples entende-se o voto dos Cotistas que representem a unidade imediatamente superior à metade das Cotas representadas na Assembleia Geral de Cotistas.

Artigo 66 As deliberações relativas às matérias previstas nas alíneas "(ii)", "(iii)", "(v)", "(vi)", "(viii)", "(xi)" e "(xiii)" do artigo 55 acima, dependerão de aprovação por maioria de votos, em Assembleia Geral de Cotistas, por Cotas que representem:

(i) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, das Cotas emitidas, quando o Fundo tiver mais de 100 (cem) Cotistas; ou

(ii) metade, no mínimo, das Cotas emitidas, quando o Fundo tiver até 100 (cem) Cotistas, inclusive.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 2.35 pt

Formatted: Left, Indent: Left: 0.08", First line: 0", Space Before: 0.05 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted: Left, Indent: Left: 0.08", First line: 0", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.5 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Left, Indent: First line: 0", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Formatted: Left, Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Parágrafo Primeiro. Os percentuais acima deverão ser determinados com base no número de Cotistas indicados no registro de Cotistas na data de convocação da assembleia, cabendo ao Administrador informar no edital de convocação qual será o percentual aplicável nas assembleias que tratem das matérias sujeitas à deliberação por quórum qualificado.

Parágrafo Segundo. É facultado a Cotistas que detenham, isolada ou conjuntamente, 0,5% (meio por cento) ou mais do total das Cotas emitidas solicitar ao Administrador o envio de pedido de procuração aos demais Cotistas.

Parágrafo Terceiro. Ao receber a solicitação, o Administrador deverá mandar, em nome do Cotista solicitante, o pedido de procuração, conforme conteúdo e nos termos determinados pelo Cotista solicitante, em até 5 (cinco) dias úteis da solicitação.

Parágrafo Quarto. Nas hipóteses previstas no parágrafo acima, o Administrador pode exigir:

- (i) reconhecimento da firma do signatário do pedido; e
- (ii) cópia dos documentos que comprovem que o signatário tem poderes para representar os Cotistas solicitantes, quando o pedido for assinado por representantes.

Parágrafo Quinto. É vedado ao Administrador:

- (i) exigir quaisquer outras justificativas para o pedido acima;
- (ii) cobrar pelo fornecimento da relação de Cotistas; e
- (iii) condicionar o deferimento do pedido ao cumprimento de quaisquer formalidades ou à apresentação de quaisquer documentos não previstos no Parágrafo Quarto acima.

Parágrafo Sexto. Os custos incorridos com o envio do pedido de procuração pelo Administrador, em nome de Cotistas, serão arcados pelo Fundo.

Artigo 67 Não podem votar nas Assembleias Gerais:

- (i) o Administrador ou Gestor Consultor;
- (ii) os sócios, diretores e funcionários do Administrador ou do Gestor Consultor;

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 2.35 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.8 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.45 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.8 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.8 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.45 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.7 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted



| **Parágrafo Único.** São exemplos de ato ou fato relevante:

Formatted: Space Before: 0.05 pt

- (i) a alteração no tratamento tributário conferido ao Fundo ou ao Cotista;
- ▲ (ii) o atraso para o recebimento de quaisquer rendimentos que representem percentual significativo dentre as receitas do Fundo;
- ▲ (iii) contratação de Formador de Mercado ou o término da prestação do serviço;
- ▲ (iv) propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira do Fundo;
- ▲ (v) alteração do Gestor ou Administrador;
- ▲ (vi) fusão, incorporação, cisão, transformação do Fundo ou qualquer outra operação que altere substancialmente a sua composição patrimonial;
- ▲ (vii) alteração do mercado organizado em que seja admitida a negociação das Cotas;
- ▲ (viii) cancelamento da listagem do Fundo ou exclusão de negociação de suas Cotas;
- ▲ (ix) desdobramentos ou grupamentos das Cotas; e
- ▲ (x) emissão das Cotas nos termos do inciso VIII do artigo 15 da Instrução CVM nº 472/08.

Formatted: Indent: Left: 5.44"

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 9.3 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", First line: 0", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", First line: 0", Space Before: 0 pt, Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: 0.08" + Indent at: 0.87"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted

CAPÍTULO XXII. LIQUIDAÇÃO

Artigo 70 O Fundo será liquidado por deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim ou na ocorrência dos eventos de liquidação descritos neste Regulamento.

Artigo 71 São eventos de liquidação antecipada, independentemente de deliberação em Assembleia Geral:

(i) descredenciamento, destituição, ou renúncia do Administrador ou do Gestor, caso, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da respectiva ocorrência, a Assembleia Geral convocada para o fim de substituí-lo não alcance quórum suficiente ou não delibere sobre a liquidação do Fundo; e

(ii) ocorrência de Patrimônio Líquido negativo após consumidas as reservas mantidas no patrimônio do Fundo, bem como após a alienação dos demais ativos da carteira do Fundo.

Parágrafo Primeiro. A liquidação do Fundo e o consequente resgate das Cotas serão realizados após a alienação da totalidade dos Ativos Financeiros e Ativos Imobiliários integrantes do patrimônio do Fundo.

Parágrafo Segundo. Após o pagamento de todos os custos e despesas, bem como encargos devidos pelo Fundo, as Cotas serão resgatadas em moeda corrente nacional ou em ativos integrantes do patrimônio do Fundo, se for o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da Assembleia Geral que deliberou pela liquidação do Fundo ou da data em que ocorrer um evento de liquidação antecipada.

Parágrafo Terceiro. Para o pagamento do resgate será utilizado o valor do quociente obtido com a divisão do montante obtido com a alienação dos ativos do Fundo pelo número das Cotas emitidas.

Parágrafo Quarto. Caso não seja possível a liquidação do Fundo com a adoção dos procedimentos previstos no Parágrafo Primeiro acima, o Administrador resgatará as Cotas mediante entrega aos Cotistas dos ativos do Fundo, pelo preço em que se encontram contabilizados na carteira do Fundo e tendo por parâmetro o valor da Cota em conformidade com o disposto no Parágrafo Terceiro acima.

Parágrafo Quinto. A Assembleia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos para entrega dos ativos do Fundo para fins de pagamento de resgate das Cotas em circulação.

Parágrafo Sexto. Na hipótese da Assembleia Geral referida acima não chegar a acordo sobre os procedimentos para entrega dos ativos a título de resgate das Cotas, os ativos do Fundo serão entregues aos Cotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção das Cotas detida por cada um sobre o valor total das Cotas em circulação. Após a

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Left, Indent: First line: 0", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Left, Indent: First line: 0", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.75 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.15 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

_constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Formatted: Line spacing: Multiple 1.42 li, Tab stops: 1.66", Left

Parágrafo Sétimo. O Administrador deverá notificar os Cotistas para que elejam um administrador do referido condomínio, na forma do Código Civil Brasileiro.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.25 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.75 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Oitavo. O Custodiante continuará prestando serviços de custódia pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado da notificação referida no item anterior, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelos Cotistas indicará ao Administrador e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos ativos. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover o pagamento em consignação dos ativos da carteira do Fundo, em conformidade com o disposto no Código Civil Brasileiro.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Parágrafo Nono. Nas hipóteses de liquidação do Fundo, o Auditor Independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações financeiras auditadas e a data da efetiva liquidação do Fundo.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.8 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Parágrafo Décimo. As demonstrações financeiras do Fundo terão notas explicativas com a análise quanto à existência ou não de débitos, créditos, ativos ou passivos não contabilizados.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

Parágrafo Décimo primeiro. Após a partilha do ativo, o Administrador deverá promover o cancelamento do registro do Fundo, mediante o encaminhamento à CVM, no prazo de 15 (quinze) dias, da seguinte documentação:

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.25 pt

(i) termo de encerramento firmado pelo Administrador em caso de pagamento integral aos Cotistas, ou a ata da Assembleia Geral que tenha deliberado a liquidação do Fundo, quando for o caso;

Formatted: Indent: First line: 0", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

(ii) o comprovante da entrada do pedido de baixa de registro no CNPJ/ME do Fundo.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Parágrafo Décimo Segundo - No prazo de 90 (noventa) dias, o Administrador deverá enviar a demonstração de movimentação de patrimônio do fundo a que se refere o artigo 50 da Instrução CVM nº 472/08, acompanhada do relatório do auditor independente.

Formatted: Indent: Left: 0.08", Hanging: 0.79", Numbered + Level: 1 + Numbering Style: i, ii, iii, ... + Start at: 1 + Alignment: Left + Aligned at: -0.71" + Indent at: 0.08"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

CAPÍTULO XXIII. FALECIMENTO OU INCAPACIDADE DO COTISTA

Artigo 72 Em caso de morte ou incapacidade de Cotista, o representante do espólio ou do incapaz exercerá os direitos e cumprirá todas as obrigações, perante o Administrador, que caberiam ao de cujus ou ao incapaz até o momento da adjudicação da partilha ou cessão da incapacidade, observadas as prescrições legais.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.8 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt





CAPÍTULO XXIV. EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 73 O exercício social do Fundo tem duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de julho e término em 30 de junho de cada ano.

Artigo 74 O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada das escriturações relativas ao ~~Administrador, ao Gestor e Administradore~~ ao Escriturador.

Artigo 75 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM.

CAPÍTULO XXV. FORO

Artigo 76 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste Regulamento.

Formatted: Font: 10 pt

Formatted: Body Text, Line spacing: Multiple 0.06 li

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 2.35 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 6.2 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Condensed by 1.05 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10 pt

Formatted: Body Text, Line spacing: Multiple 0.06 li

ANEXO I - DEFINIÇÕES DO REGULAMENTO

“Administrador”:	BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar (parte), Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob o n.º 59.281.253/0001-23, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 8.695, de 20 de março de 2006.
“ANBIMA”:	A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
“Assembleia Geral” ou “Assembleia Geral de Cotistas”:	A assembleia geral de Cotistas do Fundo.
“Assembleia Geral Extraordinária”:	Significa qualquer assembleia geral de Cotistas que não seja uma Assembleia Geral Ordinária.
“Assembleia Geral Ordinária”:	Significa a assembleia geral de Cotistas obrigatória, de que trata o Parágrafo Único do artigo 55 desse Regulamento.
“Ativos Imobiliários”:	Significam em conjunto os seguintes ativos: (i) Imóveis; e (ii) Valores Mobiliários.
“Ativos Financeiros”:	Significam: (i) os títulos de renda fixa, públicos ou privados, de liquidez compatível com as necessidades e despesas ordinárias do Fundo e emitidos pelo Tesouro Nacional ou por Instituições Financeiras Autorizadas; (ii) moeda corrente nacional; (iii) as operações compromissadas com lastro nos ativos indicados no inciso “i” acima emitidos por Instituições Financeiras Autorizadas; e (iv) as cotas de fundos de investimento referenciados em DI e/ou renda fixa com liquidez diária, com investimentos preponderantemente nos ativos financeiros relacionados nos itens anteriores.
“Auditor Independente”:	A KPMG Auditores Independente, ou qualquer empresa de auditoria independente de primeira linha, que venha a ser contratada pelo Administrador, conforme definido de comum acordo com o Gestor, para a prestação de tais serviços, dentre: (i) Ernst & Young Auditores Independentes S.S., (ii) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e/ou (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Formatted: Space Before: 10.1 pt

Formatted Table

Formatted: Condensed by 0.1 pt

“B3”:	B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.
“BACEN”:	O Banco Central do Brasil.

“Capital Autorizado”:	Significa o montante máximo de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais).
“CNPJ/ME”:	O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
“Código ANBIMA”:	O Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros.
“Código Civil Brasileiro”:	A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme em vigor.
“Conflito de Interesses”:	Significa qualquer situação assim definida nos termos do artigo 34 da Instrução CVM nº 472/08.
“Contrato de Gestão”; “Consultor”	Significa o “Instrumento Particular de Gestão de Carteira do VBI-Consumo Essencial Fundo de Investimento Imobiliário”, por meio do qual o Fundo contrata o Gestor para prestar os serviços de administração da carteira do Fundo e outros serviços relacionados a tomada de decisão de investimentos do Fundo. HBC CONSULTORIA E GESTÃO LTDA., sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda dos Nhambiquaras, nº 1.500, conjunto 115, Indianópolis, CEP 04090-003, inscrita no CNPJ sob o nº 30.949.716/0001-09.
“Cotas”:	Quaisquer cotas emitidas pelo Fundo, cujos termos e condições estão descritos neste Regulamento.
“Cotistas”:	Os titulares das Cotas, quando referidos em conjunto.
“Custodiante”:	O próprio Administrador, ou instituição de primeira linha, devidamente habilitada para tanto, que venha a ser contratada pelo Administrador para a prestação de tais serviços.
“CVM”:	Comissão de Valores Mobiliários.
“Dia Útil”:	Qualquer dia, exceto: (i) sábados, domingos ou feriados nacionais, no Estado ou na Cidade de São Paulo; e (ii) aqueles sem expediente na B3.
“Escriturador”:	O próprio Administrador ou instituição de primeira linha, devidamente habilitada para tanto, que venha a ser contratada pelo Administrador para a prestação de tais serviços.
“Formador de Mercado”:	Pessoa jurídica devidamente cadastrada junto às entidades administradoras dos mercados organizados, para a prestação de serviços de formação de mercado, que poderá ser contratada pelo Administrador.
“Fundo”:	O VBI-CONSUMO ESSENCIAL HBC II FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO.
“Gestor” ou “VBI”:	VBI REAL ESTATE GESTÃO DE CARTEIRAS S/A, com sede na Rua Funchal, 418, 27º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.274.775/0001-74, Pessoa jurídica, responsável pela gestão da carteira do Fundo, devidamente habilitada para a prestação de atividades de

Formatted Table

Formatted: Line spacing: Exactly 11.8 pt

Formatted: Condensed by 0.2 pt

Formatted: Justified, Space Before: 0 pt, Line spacing: Exactly 11.8 pt

a Formatted: Condensed by 0.2 pt

Formatted: ui-provider, Font: 11 pt, Not Expanded by / Condensed by

	administração de carteiras de fundos de investimento carteira de valores mobiliários, conforme ato declaratório CVM nº 11.112, de 18 de junho de 2010 aplicável. O Administrador.
"Imóveis":	Significam os imóveis, bem como quaisquer direitos reais sobre imóveis, de qualquer segmento, incluindo, mas sem limitação, os segmentos comercial ou corporativo, logístico, de varejo, médico (hospitais ou laboratórios) e educacional, localizados em território nacional.

Formatted: ui-provider, Font: 11 pt, Not Expanded by / Condensed by

Formatted: ui-provider, Font: 11 pt, Not Expanded by / Condensed by

	segmentos comercial ou corporativo, logístico, de varejo, médico (hospitais ou laboratórios) e educacional, localizados em território nacional.
"Informe Anual":	O informe anual do Fundo, elaborado nos termos do Anexo da 39-V da Instrução CVM nº 472/08.
"Instituições Financeiras Autorizadas":	Significa qualquer instituição financeira aprovada pelo BACEN.
"Instrução CVM nº 472/08":	A Instrução CVM nº 472, de 31 de outubro de 2008, conforme em vigor.
"Instrução CVM nº 516/11":	A Instrução CVM nº 516, de 29 de dezembro de 2011, conforme em vigor.
"Instrução CVM nº 555/14":	A Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme em vigor.
"Indenização do Gestor Administrador":	Tem o significado previsto no Parágrafo Quarto do Artigo 26 desse Regulamento, equivalente a multa indenizatória que será devida pelo Fundo ao Gestor Administrador no caso de destituição do Gestor sem Administrador sem justa causa.
"IGPM":	O IGP-M significa Índice Geral de Preços - Mercado sendo calculado mensalmente pelo FGV IBRE
"Lei nº 11.196/05":	A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, conforme em vigor.
"Lei nº 6.404/76":	A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor.
"Lei nº 8.668/93":	A Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, conforme em vigor.
"Lei nº 9.779/99":	A Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, conforme em vigor.
"Nova Taxa de Gestão"	Tem o significado previsto no Parágrafo Quinto do Artigo 26 desse Regulamento, equivalente a parcela da Taxa de Administração que venha a ser atribuída ao novo gestor que venha a ser indicado em substituição ao Gestor Administrador.
"Oferta":	Toda e qualquer distribuição pública das Cotas que venha a ser realizada durante o prazo de duração do Fundo, nos termos da Resolução CVM 160

Formatted Table

“ <u>Patrimônio Líquido</u> ”:	Significa a soma algébrica da carteira do Fundo, correspondente aos ativos e disponibilidades a receber, menos as exigibilidades do Fundo.
“ <u>Pessoas Ligadas</u> ”:	Significa: (i) a sociedade controladora ou sob controle do Administrador e/ou do <u>Gestor Consultor</u> , de seus administradores e acionistas; (ii) a sociedade cujos administradores, no todo ou em parte, sejam os mesmos do Administrador e/ou do <u>Gestor Consultor</u> , com exceção dos cargos exercidos em órgãos colegiados previstos no estatuto ou regimento interno do Administrador, do <u>Gestor Consultor</u> , desde que seus titulares não exerçam funções executivas, ouvida previamente a CVM; e (iii) parentes até segundo grau das pessoas naturais referidas nos incisos acima.
“ <u>Política de Investimento</u> ”:	A política de investimento do Fundo, descrita no Capítulo V deste Regulamento.
“ <u>Regulamento</u> ”:	O presente regulamento do Fundo.
“ <u>Resolução CVM 30</u> ”:	Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021
“ <u>Resolução CVM 160</u> ”:	Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022.
“ <u>SELIC</u> ”:	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, gerido e operado pelo BACEN em parceria com a ANBIMA.
“ <u>Sociedades Alvo</u> ”:	Significam as sociedades empresárias que invistam nos Imóveis.
“ <u>Suplemento</u> ”:	É o suplemento de cada Oferta que venha a ser realizada pelo Fundo.
“ <u>Taxa de Administração</u> ”:	Tem o significado constante do artigo 17 deste Regulamento.

Formatted Table

<u>“Taxa de Distribuição Primária”:</u>	Significa a taxa que poderá ser cobrada dos subscritores das Cotas no ato da subscrição primária das Cotas e será equivalente a um percentual ou valor fixo, conforme determinado em cada nova emissão de Cotas, para fins de pagamento dos gastos da distribuição primária das Cotas, que pode incluir, entre outros, (a) comissão de coordenação, (b) comissão de distribuição, (c) honorários de advogados externos contratados para atuação no âmbito da oferta, (d) taxa de registro da oferta de Cotas na CVM, (e) taxa de registro e distribuição das Cotas na B3, (f) custos com a publicação de anúncios e avisos no âmbito de uma Oferta de Cotas, conforme o caso, (g) custos com registros em cartório de registro de títulos e documentos competente, (h) outros custos relacionados à Oferta, sendo certo que caso após o encerramento de qualquer Oferta seja verificado que o valor total arrecadado com a Taxa de Distribuição Primária seja (1) insuficiente para cobrir todos os custos da referida Oferta descritos nas alíneas "a" a "h" acima, o Fundo deverá arcar com o valor remanescente; ou (2) superior ao montante necessário para cobrir os custos da referida Oferta descritos nas alíneas "a" a "h" acima, o saldo remanescente arrecadado será destinado para o Fundo.
<u>“Termo de Adesão”:</u>	O Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento a ser assinado por cada Cotista quando da subscrição das Cotas.
<u>“Valores Mobiliários”</u>	Significam: (i) imóveis, bem como quaisquer direitos reais sobre imóveis, de qualquer segmento, incluindo, mas sem limitação, os segmentos de varejo, atacado, hospitalar, laboratorial e educacional, localizados em território nacional (“Imóveis”); ; (ii) as ações ou cotas de Sociedades Alvo; (iii) cotas de outros fundos de investimento imobiliário, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido nos Imóveis, de forma direta ou de forma indireta, sendo este um critério de elegibilidade a ser verificado pelo gestor no momento da aquisição; (iv) cotas de fundos de investimentos

	em participações, que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos FII e que invistam em Sociedades Alvo; (v) certificados de recebíveis imobiliários cujo lastro seja relacionado (por origem ou destinação) aos Imóveis (“CRI”), sendo este um critério de elegibilidade a ser verificado pelo gestor no momento da aquisição; e (vi) demais ativos previstos na Instrução CVM nº 472/08.
--	--

Formatted: Font: 10 pt

Formatted: Space Before: 1.6 pt, After: 0.05 pt

Formatted Table

ANEXO II FATORES DE RISCO

Antes de decidir por adquirir Cotas, os investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Regulamento e no Informe Anual do Fundo e avaliar os fatores de risco descritos neste Anexo II ao Regulamento. O investimento nas Cotas envolve um alto grau de risco. Investidores devem considerar as informações constantes deste Anexo II, em conjunto com as demais informações contidas neste Regulamento, antes de decidir em adquirir Cotas. Em decorrência dos riscos inerentes à própria natureza do Fundo, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Anexo II, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Cotistas do valor investido ou eventual perda do valor principal de suas aplicações.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 2.95 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.3 pt

O Fundo e os ativos que comporão a sua carteira estão sujeitos aos seguintes fatores de risco, entre outros:

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.8 pt

Exceto se disposto de forma diversa, aplicam-se a este Anexo II os mesmos termos e definições estabelecidos no Regulamento.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

RISCOS REFERENTES AO AMBIENTE MACROECONÔMICO

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão vir a causar um efeito adverso relevante que resulte em perdas para os Cotistas. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas, poderão resultar em perdas para os Cotistas. As atividades do Fundo, situação financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das Cotas podem vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

- política monetária, cambial e taxas de juros;
- políticas governamentais aplicáveis às nossas atividades e ao nosso setor;
- greve de portos, alfândegas e receita federal;
- inflação;

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.85 pt

Formatted: Indent: Hanging: 0.09", Space Before: 0 pt, Bulleted + Level: 1 + Aligned at: 0.97" + Indent at: 1.05"

Formatted: Indent: Hanging: 0.09", Space Before: 5.45 pt, Bulleted + Level: 1 + Aligned at: 0.97" + Indent at: 1.05"

Formatted: Indent: Hanging: 0.09", Space Before: 5.4 pt, Bulleted + Level: 1 + Aligned at: 0.97" + Indent at: 1.05"

Formatted: Indent: Hanging: 0.09", Space Before: 5.45 pt, Bulleted + Level: 1 + Aligned at: 0.97" + Indent at: 1.05"

- instabilidade social;

Formatted: Indent: Hanging: 0.09", Space Before: 4.6 pt, Bulleted + Level: 1 + Aligned at: 0.97" + Indent at: 1.05"



- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal e regime fiscal estadual e municipal;
- racionamento de energia elétrica; e
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

▲ As políticas futuras do Governo Federal podem contribuir para uma maior volatilidade no mercado de títulos e valores mobiliários brasileiro e dos títulos e valores mobiliários emitidos no exterior por empresas brasileiras. Adicionalmente, eventuais crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público consumidor em geral, resultando na desaceleração da economia e prejudicando o preço de mercado das Cotas.

▲ **Fatores Macroeconômicos Relevantes:** O Fundo está sujeito, direta ou indiretamente, às variações e condições dos mercados de títulos e valores mobiliários, que são afetados principalmente pelas condições políticas e econômicas nacionais e internacionais. Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado, ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perdas para os Cotistas. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador, o Gestor, o Escriturador e o Custodiante, qualquer indenização, multa ou penalidade de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de quaisquer de tais eventos.

▲ **Risco de Instabilidade Política:** A instabilidade política pode afetar adversamente os negócios realizados nos Imóveis e seus resultados: A instabilidade política pode afetar adversamente os negócios realizados nos Imóveis e seus respectivos resultados. O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente, e continua influenciando, o desempenho da economia do país. A crise política afetou e poderá continuar afetando a confiança dos investidores e da população em geral e já resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras. Em 2016, o Brasil passou pelo processo de impeachment contra a ex-presidente Sra. Dilma Rousseff. Em 2019, tomou posse o Presidente eleito em 2018, Sr. Jair Bolsonaro. A recente alteração de Presidente, poderá acarretar modificações significativas nas políticas e normas atualmente adotadas, bem como na composição das entidades integrantes da Administração Pública, inclusive, mas não se limitando, de instituições financeiras nas quais o Governo Federal participe, as quais podem ser importantes para o desenvolvimento do mercado imobiliário. O novo governo tem enfrentado o desafio de reverter a crise política econômica do país, além de aprovar as reformas sociais necessárias a um ambiente econômico mais estável. A incapacidade do novo governo de reverter a crise política e econômica do país, e de aprovar as reformas sociais, pode produzir efeitos sobre a economia brasileira e poderá ter um efeito adverso sobre os resultados operacionais e a condição financeira dos Imóveis. As investigações da “Operação Lava Jato” e da “Operação Zelotes” atualmente em curso podem

BTG Pactual

SAC: 0800-772-28-27 — Ouvidoria: 0800-722-00-48 — btgpactual.com

Formatted: Indent: Hanging: 0.09", Bulleted + Level: 1 + Aligned at: 0.97" + Indent at: 1.05"

Formatted: Indent: Hanging: 0.09", Space Before: 3.9 pt, Bulleted + Level: 1 + Aligned at: 0.97" + Indent at: 1.05"

Formatted: Indent: Hanging: 0.09", Bulleted + Level: 1 + Aligned at: 0.97" + Indent at: 1.05"

Formatted: Indent: Hanging: 0.09", Space Before: 4.6 pt, Bulleted + Level: 1 + Aligned at: 0.97" + Indent at: 1.05"

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.75 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.65 pt

afetar negativamente o crescimento da economia brasileira e podem ter um efeito negativo nos negócios



realizados nos Imóveis. Os mercados brasileiros vêm registrando uma maior volatilidade devido às incertezas decorrentes de tais investigações conduzidas pela Polícia Federal, pela Procuradoria Geral da República e outras autoridades. A “Operação Lava Jato” investiga o pagamento de propinas a altos funcionários de grandes empresas estatais em troca de contratos concedidos pelo governo e por empresas estatais nos setores de infraestrutura, petróleo, gás e energia, dentre outros. Tais propinas supostamente financiaram as campanhas políticas de partidos políticos, bem como serviram para enriquecer pessoalmente os beneficiários do esquema. Como resultado da “Operação Lava Jato” em curso, uma série de políticos, incluindo o ex-presidente da república o Sr. Michel Temer, e executivos de diferentes companhias privadas e estatais no Brasil estão sendo investigados e, em determinados casos, foram desligados de suas funções ou foram presos. Por sua vez, a “Operação Zelotes” investiga pagamentos indevidos, que teriam sido realizados por companhias brasileiras, a oficiais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”). Tais pagamentos tinham como objetivo induzir os oficiais a reduzirem ou eximirem multas relativas ao descumprimento de legislação tributária aplicadas pela Secretaria da Receita Federal, que estariam sob análise do CARF. Mesmo não tendo sido concluídas, as investigações já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, e sobre a percepção geral da economia brasileira. Não há como prever se as investigações irão refletir em uma maior instabilidade política e econômica ou se novas acusações contra funcionários do governo e de empresas estatais ou privadas vão surgir no futuro no âmbito destas investigações ou de outras. Além disso, não se pode prever o resultado de tais alegações, nem o seu efeito sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos pode afetar negativamente a economia brasileira e, conseqüentemente, o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das Cotas.

Riscos de Flutuações de Preço: Existe a possibilidade de ocorrerem flutuações do mercado nacional e internacional que afetem, entre outros, preços, taxas de juros, ágios, deságios e volatilidades dos ativos do Fundo, que podem gerar oscilação no valor das Cotas, que, por sua vez, podem resultar em perdas para os Cotistas. O mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no Brasil, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as Cotas. No passado, o surgimento de condições econômicas adversas em outros países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. Crises financeiras recentes resultaram em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado financeiro e o mercado de capitais brasileiros e a economia do Brasil, tais como: flutuações no mercado financeiro e de capitais, com oscilações nos preços de ativos (inclusive de imóveis), indisponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Qualquer novo acontecimento de natureza similar aos acima mencionados, no exterior ou no Brasil, poderá prejudicar de forma negativa as atividades do Fundo, o patrimônio do Fundo, a rentabilidade dos Cotistas e o valor de negociação das Cotas. Adicionalmente, os Ativos Imobiliários e os Ativos Financeiros devem ser marcados a

BTG Pactual

SAC: 0800-772-28-27 — Ouvidoria: 0800-722-00-48 — btgpactual.com

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.5 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

mercado, ou seja, seus valores serão atualizados diariamente e contabilizados pelo preço de negociação no



mercado, ou pela melhor estimativa do valor que se obteria nessa negociação. Como consequência, o valor das Cotas de emissão Fundo poderá sofrer oscilações frequentes e significativas, inclusive ao longo do dia.

RISCOS REFERENTES AO FUNDO

Riscos de Liquidez e Descontinuidade do Investimento: Os fundos de investimento imobiliários representam modalidade de investimento em desenvolvimento no mercado brasileiro e são constituídos, por força regulamentar, como condomínios fechados, não sendo admitido resgate de suas Cotas em hipótese alguma. Os Cotistas poderão enfrentar dificuldades na negociação das Cotas no mercado secundário, ou obter preços reduzidos nas vendas das Cotas. Adicionalmente, determinados ativos do Fundo podem passar por períodos de dificuldade de execução de ordens de compra e venda, ocasionados por baixas ou inexistentes demanda e negociabilidade. Nestas condições, o Administrador poderá enfrentar dificuldade de liquidar ou negociar tais ativos pelo preço e no momento desejado e, conseqüentemente, o Fundo poderá enfrentar problemas de liquidez. Adicionalmente, a variação negativa dos Ativos Financeiros e dos Ativos Imobiliários poderá impactar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das Cotas. Além disso, o Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral poderá optar pela liquidação do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a entrega dos ativos integrantes da carteira do Fundo aos Cotistas. Caso os Cotistas venham a receber ativos integrantes da carteira, há o risco de receberem fração ideal dos Ativos Imobiliários, que será entregue após a constituição de condomínio sobre tais ativos. Os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os ativos recebidos no caso de liquidação do Fundo.

Risco Relativo à Rentabilidade do Investimento: O investimento em cotas de um fundo de investimento imobiliário é uma aplicação de renda variável, o que pressupõe que a rentabilidade das Cotas dependerá do resultado da administração dos investimentos realizados pelo Fundo. No caso em questão, os valores a serem distribuídos aos Cotistas dependerão do resultado do Fundo, que por sua vez, dependerá preponderantemente do investimento a ser realizado pelo Fundo, excluídas as despesas e encargos previstos para a manutenção do Fundo, na forma do Regulamento. Adicionalmente, vale ressaltar que poderá haver um lapso de tempo entre a data de captação de recursos pelo Fundo e a data de início dos investimentos nos Ativos Imobiliários, desta forma, os recursos captados pelo Fundo poderão ser aplicados nos Ativos Financeiros, os quais poderão não gerar rendimentos a taxas de rentabilidade semelhantes àquelas esperadas dos Ativos Imobiliários, o que poderá impactar negativamente na rentabilidade esperada do Fundo.

Risco relativo ao Procedimento de Aquisição ou Alienação de Ativos Imobiliários: O sucesso do Fundo depende da aquisição dos Ativos Imobiliários. O processo de aquisição dos Ativos Imobiliários depende de um conjunto de medidas a serem realizadas, incluindo a seleção pelo Gestor, o procedimento de diligência realizado pelo Administrador e eventuais registros em cartório de registro de imóveis e em juntas comerciais. Caso qualquer

BTG Pactual

SAC: 0800-772-28-27 — Ouvidoria: 0800-722-00-48 — btgpactual.com

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 8.4 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.8 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.1 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.85 pt

uma dessas medidas não venha a ser perfeitamente executada, o Fundo poderá não conseguir adquirir Ativos



Imobiliários, ou então não poderá adquirir Ativos Imobiliários nas condições pretendidas, prejudicando, assim, a sua rentabilidade. Tais circunstâncias podem impactar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das Cotas.

▲ **Risco da Carteira e da sua Concentração:** O Fundo não possui objetivo de investir em um Ativo Imobiliário específico, sendo caracterizado como fundo de investimento imobiliário genérico. Assim, iniciado o Fundo, os Ativos Imobiliários que deverão compor a carteira do Fundo ainda deverão ser selecionados pelo Gestor, ao seu exclusivo critério e desde que observados os termos do Regulamento, podendo o Gestor não encontrar ativos atrativos dentro do perfil a que se propõe. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial. Os riscos de concentração da carteira englobam, ainda, o risco de perda de parcela substancial ou até mesmo da totalidade do capital integralizado pelos Cotistas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.25 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

▲ **Risco Tributário:** As regras tributárias aplicáveis aos fundos de investimento imobiliários estão sujeitas a eventuais alterações no contexto de uma eventual reforma tributária, bem como em virtude de novo entendimento acerca da legislação vigente, sujeitando o Fundo ou seus Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Adicionalmente, existe a possibilidade de que a Secretaria da Receita Federal tenha uma interpretação quanto ao não enquadramento do Fundo como pessoa jurídica para fins de tributação ou quanto à incidência de tributos em determinadas operações realizadas pelo Fundo. Nessas hipóteses, o Fundo passaria a sofrer a incidência de Imposto de Renda, PIS, COFINS, Contribuição Social nas mesmas condições das demais pessoas jurídicas, com reflexos na redução do rendimento a ser pago aos Cotistas ou teria que passar a recolher os tributos aplicáveis sobre determinadas operações que anteriormente entendia serem isentas, podendo inclusive ser obrigado a recolher, com multa e juros, os tributos incidentes em operações já concluídas, ambos os casos podem impactar adversamente o rendimento a ser pago aos Cotistas ou mesmo o valor das Cotas. Por fim, há a possibilidade de o Fundo ou os Cotistas pessoas físicas, conforme o caso, não conseguir cumprir com os requisitos necessários à isenção de Imposto de Renda sobre os rendimentos distribuídos aos Cotistas, previstos na Lei nº 11.033/04, quais sejam: (i) o Fundo deverá ter, no mínimo, 50 (cinquenta) Cotistas; (ii) o Cotista pessoa física não deverá ser titular de Cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das Cotas emitidas ou cujas Cotas lhe deem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo; e (iii) as Cotas deverão ser admitidas à negociação exclusivamente em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado. Desta forma, caso não sejam atingidos os requisitos descritos nos itens (i) e/ou (iii) acima, não haverá isenção tributária para os rendimentos que venham a ser pagos a todos os Cotistas que sejam pessoas físicas. Adicionalmente, caso não seja atingido o requisito descrito no item (ii) acima, não haverá isenção tributária para os rendimentos que venham a ser pagos aos respectivos Cotistas desequilibrados.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.3 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

▲ **Risco de Concentração de Propriedade de Cotas por um mesmo Cotista:** Conforme disposto no Regulamento, não há restrição quanto ao limite de Cotas que podem ser subscritas por um único Cotista. Portanto, poderá

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.4 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

BTG Pactual

SAC: 0800-772-28-27 — Ouvidoria: 0800-722-00-48 — btgpactual.com

ocorrer situação em que um único Cotista venha a integralizar parcela substancial das Cotas de determinada



emissão ou mesmo a totalidade das Cotas, passando tal Cotista a deter uma posição expressivamente concentrada, fragilizando, assim, a posição dos eventuais Cotistas minoritários. Nesta hipótese, há possibilidade de que deliberações sejam tomadas pelo Cotista majoritário em função de seus interesses exclusivos, em prejuízo do Fundo e/ou dos Cotistas minoritários. Adicionalmente, caso um Cotista que também seja construtor, incorporador ou sócio dos empreendimentos investidos pelo Fundo, detenha (isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas) percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas, o Fundo passará a ser tributado como pessoa jurídica nos termos da Lei nº 9.779/99, ocasião em que a rentabilidade do Fundo será prejudicada e conseqüentemente a rentabilidade dos cotistas.

▲ **Risco de Governança:** Determinadas matérias previstas no Regulamento que são objeto de Assembleia Geral de Cotistas, tais como alteração do regulamento e aprovação de situações de conflito de interesse, conforme listadas no Regulamento, somente serão deliberadas quando aprovadas por: (i) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, das cotas emitidas, quando o Fundo tiver mais de 100 (cem) cotistas; ou (ii) metade, no mínimo, das cotas emitidas, quando o Fundo tiver até 100 (cem) cotistas. Adicionalmente, determinados Cotistas podem sofrer restrições ao exercício do seu direito de voto, caso, por exemplo, se coloquem em situação de conflito de interesse com o Fundo. É possível que determinadas matérias fiquem impossibilitadas de aprovação pela ausência de quórum de instalação (quando aplicável) e de votação de tais assembleias. A impossibilidade de deliberação de determinadas matérias pode ensejar, dentre outros, a liquidação antecipada do Fundo, como, por exemplo, no caso da impossibilidade de substituir o administrador do Fundo.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.75 pt

▲ Ademais, não podem votar nas Assembleias Gerais de Cotistas: (a) o Administrador e/ou Gestor; (b) os sócios, diretores e funcionários do Administrador e/ou do Gestor; (c) empresas ligadas ao Administrador e/ou ao Gestor, seus sócios, diretores e funcionários; (d) os prestadores de serviços do Fundo, seus sócios, diretores e funcionários; e (e) o Cotista cujo interesse seja conflitante com o do Fundo, exceto quando forem os únicos Cotistas ou quando houver aquiescência expressa da maioria dos Cotistas manifestada na própria Assembleia Geral de Cotistas, ou em instrumento de procuração que se refira especificamente à Assembleia Geral em que se dará a permissão de voto ou quando todos os subscritores de Cotas forem condôminos de bem com quem concorreram para a integralização de Cotas, podendo aprovar o laudo, sem prejuízo da responsabilidade de que trata o parágrafo 6º do Artigo 8º da Lei nº 6.404/76, conforme o parágrafo 2º do Artigo 12 da Instrução CVM nº 472/08. Tal restrição de voto pode trazer prejuízos às pessoas listadas nas letras "a" a "e", caso estas decidam adquirir Cotas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.8 pt

▲ **Risco de Liquidação Antecipada do Fundo:** O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral poderá optar pela liquidação do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a entrega dos ativos integrantes da carteira do Fundo aos Cotistas. No caso de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas pela liquidação antecipada do Fundo os Cotistas com o recebimento de Ativos Imobiliários e/ou Ativos Financeiros em regime de condomínio civil. Nesse caso: (i) o exercício dos direitos por qualquer Cotista poderá ser dificultado em função do condomínio civil estabelecido com os

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.85 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

demais Cotistas; (ii) a alienação de tais direitos por um Cotista para terceiros poderá ser dificultada em função da iliquidez de tais direitos; e (iii) os Cotistas poderão sofrer perdas patrimoniais.

▲ Risco de Conflito de Interesses: Os atos que caracterizem situações de conflito de interesses dependem de aprovação prévia, específica e informada em Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do artigo 34 da Instrução CVM nº 472/08. Adicionalmente, o Fundo poderá contar com prestadores de serviço que sejam do mesmo grupo econômico. Essa relação societária poderá eventualmente acarretar em conflito de interesses no desenvolvimento das atividades a serem desempenhadas ao Fundo.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

▲ Risco de Diluição: Na eventualidade de novas emissões do Fundo, os Cotistas incorrerão no risco de terem a sua participação no Fundo diluída.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.55 pt

▲ Risco do Investimento nos Ativos Financeiros: O Fundo poderá investir parte de seu patrimônio nos Ativos Financeiros e tais ativos podem afetar negativamente a rentabilidade do Fundo. Adicionalmente, os rendimentos originados a partir do investimento em Ativos Financeiros serão tributados de forma análoga à tributação dos rendimentos auferidos por pessoas jurídicas (tributação regressiva de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) a 15,0% (quinze por cento), dependendo do prazo do investimento) e tal fato poderá impactar negativamente na rentabilidade do Fundo.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.5 pt

▲ Risco de Mercado: Os Ativos Financeiros e os Ativos Imobiliários integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos, direta ou indiretamente, às variações e condições dos mercados financeiro e de capitais, especialmente dos mercados de câmbio, juros, bolsa e derivativos, que são afetados principalmente pelas condições políticas e econômicas nacionais e internacionais. Não é possível prever o comportamento dos participantes dos mercados financeiro e de capitais, tampouco dos fatores a eles exógenos e que os influenciam. Não há garantia de que as condições dos mercados financeiro e de capitais ou dos fatores a eles exógenos permanecerão favoráveis ao Fundo e aos Cotistas. Eventuais condições desfavoráveis poderão prejudicar de forma negativa as atividades do Fundo, o valor dos Ativos Financeiros e/ou dos Ativos Imobiliários, a rentabilidade dos Cotistas e o preço de negociação das Cotas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.75 pt

▲ Risco de Crédito dos Ativos Financeiros e/ou dos Ativos Imobiliários: As obrigações decorrentes dos Ativos Financeiros e/ou dos Ativos Imobiliários estão sujeitas ao cumprimento e adimplemento pelo respectivo emissor ou pelas contrapartes das operações do Fundo. Eventos que venham a afetar as condições financeiras dos emissores, bem como mudanças nas condições econômicas, políticas e legais, podem prejudicar a capacidade de tais emissores de cumprir com suas obrigações, o que pode trazer prejuízos ao Fundo.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.65 pt

▲ Risco Jurídico: A estrutura financeira, econômica e jurídica do Fundo apoia-se em um conjunto de obrigações e responsabilidades contratuais e na legislação em vigor. Em razão da pouca maturidade e da escassez de precedentes em operações similares e de jurisprudência no que tange a este tipo de operação financeira, em

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.5 pt

Formatted: Space Before: 0.05 pt

situações de estresse, poderá haver perdas por parte dos Cotistas em razão do dispêndio de tempo e recursos para manutenção do arcabouço contratual estabelecido.

▲ Risco de Decisões Judiciais Desfavoráveis: O Fundo poderá ser réu em diversas ações, nas esferas cível, tributária e trabalhista. Não há garantia de que o Fundo venha a obter resultados favoráveis ou que eventuais processos judiciais ou administrativos propostos contra o Fundo venham a ser julgados improcedentes, ou, ainda, que ele tenha reservas suficientes. Caso tais reservas não sejam suficientes, é possível que um aporte adicional de recursos seja feito mediante a subscrição e integralização de novas Cotas pelos Cotistas, a fim de que o Fundo seja capaz de arcar com eventuais perdas, de modo que os atuais Cotistas que não subscreverem e integralizarem as novas Cotas poderão ser diluídos em sua participação.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

▲ Risco Regulatório: A legislação aplicável ao Fundo, aos Cotistas e aos investimentos efetuados pelo Fundo, incluindo, sem limitação, leis tributárias, leis cambiais e leis que regulamentam investimentos estrangeiros em cotas de fundos de investimento no Brasil, está sujeita a alterações. Ainda, poderão ocorrer interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores nos mercados, bem como moratórias e alterações das políticas monetária e cambial. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das Cotas, inclusive as regras de fechamento de câmbio e de remessa de recursos do e para o exterior. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados do Fundo.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.1 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

▲ Risco Decorrente de Alterações do Regulamento: O Regulamento poderá ser alterado sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.3 pt

▲ Riscos do Uso de Derivativos: O Fundo pode realizar operações de derivativos, nos termos do Regulamento, cujos preços dos contratos podem sofrer alterações substanciais. O uso de derivativos pelo Fundo pode (i) aumentar a volatilidade do Fundo, (ii) limitar as possibilidades de retornos adicionais, (iii) não produzir os efeitos pretendidos, ou (iv) determinar perdas ou ganhos ao Fundo. A contratação deste tipo de operação não deve ser entendida como uma garantia do Fundo, do Administrador, do Gestor ou do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito - FGC de remuneração das Cotas. A contratação de operações com derivativos poderá resultar em perdas para o Fundo e para os Cotistas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.85 pt

▲ Cobrança dos Ativos do Fundo, Possibilidade de Aporte Adicional pelos Cotistas e Possibilidade de Perda do Capital Investido: Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos ativos integrantes da carteira do próprio Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu patrimônio líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Geral. O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança de tais ativos, uma vez

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.1 pt

ultrapassado o limite de seu patrimônio líquido, caso os titulares das Cotas aportem os valores adicionais necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos ativos, os Cotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Administrador antes do recebimento integral do aporte acima referido e da assunção pelos Cotistas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento da verba de sucumbência, caso o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, o Gestor, o Escriturador, o Custodiante e/ou qualquer de suas afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos e por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os Cotistas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Regulamento. Dessa forma, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Cotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Cotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.

▲ **Risco Relativo à Não Substituição do Administrador, do Gestor ou do Custodiante:** Durante a vigência do Fundo, o Gestor poderá sofrer pedido de falência ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, e/ou o Administrador ou o Custodiante poderão sofrer intervenção e/ou liquidação extrajudicial ou falência, a pedido do BACEN, bem como serem descredenciados, destituídos ou renunciarem às suas funções, hipóteses em que a sua substituição deverá ocorrer de acordo com os prazos e procedimentos previstos no Regulamento. Caso tal substituição não aconteça, o Fundo será liquidado antecipadamente, o que pode acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.4 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

▲ **Propriedade das Cotas e não dos Ativos Imobiliários:** Apesar de a carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, por Ativos Imobiliários, a propriedade das Cotas não confere aos Cotistas a propriedade direta sobre os Ativos Imobiliários. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.9 pt

▲ **RISCOS REFERENTES AO SETOR DE ATUAÇÃO DO FUNDO**

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.05 pt

▲ **Riscos Relacionados a Passivos Contingentes ou Não Identificados:** Faz parte da Política de Investimento a aquisição, direta ou indiretamente, de Imóveis de diversos segmentos. No processo de aquisição de tais Ativos Imobiliários, há risco de não serem identificados em auditoria todos os passivos ou riscos atrelados a tais Ativos Imobiliários, bem como o risco de materialização de passivos identificados, inclusive em ordem de grandeza superior àquela identificada. Caso esses riscos ou passivos contingentes ou não identificados venham a se materializar, inclusive de forma mais severa do que a vislumbrada, o investimento em tais Ativos Imobiliários poderá ser adversamente afetado e, conseqüentemente, a rentabilidade do Fundo também.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 10.85 pt

Formatted: Space Before: 0 pt



Risco de Crédito dos Ativos Imobiliários: O Fundo estará exposto aos riscos de crédito dos locatários dos contratos de locação ou arrendamento dos Imóveis que compoñham a carteira do Fundo. Encerrado cada contrato de locação ou arrendamento, a performance dos investimentos do Fundo estará sujeita aos riscos inerentes à demanda por locação dos Imóveis. O Administrador e o Gestor não são responsáveis pela solvência dos locatários e arrendatários dos Imóveis, tampouco por eventuais variações na performance do Fundo decorrentes dos riscos de crédito acima apontados. Adicionalmente, os ativos do Fundo estão sujeitos ao risco de crédito de seus emissores e contrapartes, isto é, atraso e não recebimento dos juros e do principal desses ativos e modalidades operacionais. Caso ocorram esses eventos, o Fundo poderá: (i) ter reduzida a sua rentabilidade, (ii) sofrer perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas e/ou (iii) ter de provisionar desvalorização de ativos, o que afetará o preço de negociação de suas Cotas.

▲ **Risco de Desastres Naturais e Sinistro:** A ocorrência de desastres naturais como, por exemplo, vendavais, inundações, tempestades ou terremotos, pode causar danos aos Ativos Imobiliários integrantes da carteira do Fundo, afetando negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das Cotas. Não se pode garantir que o valor dos seguros contratados para os Imóveis será suficiente para protegê-los de perdas. Há, inclusive, determinados tipos de perdas que usualmente não estarão cobertas pelas apólices, tais como atos de terrorismo, guerras e/ou revoluções civis. Se qualquer dos eventos não cobertos nos termos dos contratos de seguro vier a ocorrer, o Fundo poderá sofrer perdas e ser obrigado a incorrer em custos adicionais, os quais poderão afetar o desempenho operacional do Fundo. Ainda, o Fundo poderá ser responsabilizado judicialmente pelo pagamento de indenização a eventuais vítimas do sinistro ocorrido, o que poderá ocasionar efeitos adversos na condição financeira do Fundo e, conseqüentemente, nos rendimentos a serem distribuídos aos Cotistas.

▲ **Riscos Relacionados à Regularidade de Área Construída:** A existência de área construída edificada sem a autorização prévia da Prefeitura Municipal competente, do corpo de bombeiros, ou em desacordo com o projeto aprovado, poderá acarretar riscos e passivos para os Imóveis e para o Fundo. Dentre tais riscos, destacam-se: (i) a aplicação de multas pela administração pública; (ii) a impossibilidade da averbação da construção; (iii) a negativa de expedição da licença de funcionamento; (iv) a recusa da contratação ou renovação de seguro patrimonial; e (v) a interdição dos Imóveis em situação irregular, podendo ainda, culminar na obrigação do Fundo de demolir as áreas não regularizadas, o que poderá afetar adversamente as atividades e os resultados operacionais dos Imóveis e, conseqüentemente, o patrimônio, a rentabilidade do Fundo e o valor de negociação das Cotas.

▲ **Risco de desapropriação:** De acordo com o sistema legal brasileiro, os Imóveis integrantes da carteira do Fundo ou dos veículos em que o Fundo investe, conforme o caso, poderão ser desapropriados por necessidade, utilidade pública ou interesse social, de forma parcial ou total. Ocorrendo a desapropriação, não há como garantir de antemão que o preço que venha a ser pago pelo Poder Público será justo, equivalente ao valor de mercado, ou que, efetivamente, remunerará os valores investidos de maneira adequada. Dessa forma,

BTG Pactual

SAC: 0800-772-28-27 — Ouvidoria: 0800-722-00-48 — btgpactual.com

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.3 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.8 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.7 pt

caso o(s) Imóvel(is) pertencentes ao Fundo ou a veículos em que o Fundo invista seja(m) desapropriado(s),

este fato poderá afetar adversamente e de maneira relevante as atividades do Fundo, sua situação financeira e resultados. Outras restrições ao(s) Imóvel(is) também podem ser aplicadas pelo Poder Público, limitando, assim, a utilização a ser dada ao(s) Imóvel(is), a exemplo do seu tombamento ou da área de seu entorno, incidência de preempção e ou criação de zonas especiais de preservação cultural, dentre outros.

Risco de Desvalorização: Como os recursos do Fundo destinam-se preponderantemente à aplicação em Imóveis, um fator que deve ser preponderantemente levado em consideração com relação à rentabilidade do Fundo é o potencial econômico, inclusive a médio e longo prazo, da região onde estão localizados os Imóveis. A análise do potencial econômico da região deve se circunscrever não somente ao potencial econômico corrente, como também deve levar em conta a evolução deste potencial econômico da região no futuro, tendo em vista a possibilidade de eventual decadência econômica da região, com impacto direto sobre o valor dos Imóveis e, por consequência, sobre as Cotas. Adicionalmente, o preço dos Ativos Imobiliários e dos Ativos Financeiros relacionados ao setor imobiliário são afetados por condições econômicas nacionais e internacionais e por fatores exógenos diversos, tais como interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores dos mercados, moratórias e alterações da política monetária, o que pode causar perdas ao Fundo. A redução do poder aquisitivo da população pode ter consequências negativas sobre o valor dos Imóveis, dos aluguéis e dos valores recebidos pelo Fundo em decorrência de arrendamentos ou locações, afetando os ativos do Fundo, o que poderá prejudicar o seu rendimento e o preço de negociação das Cotas e causar perdas aos Cotistas. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Custodiante qualquer indenização, multa ou penalidade de qualquer natureza caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de qualquer das referidas condições e fatores.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.25 pt

Risco de Vacância, Rescisão de Contratos de Locação e Revisão do Valor do Aluguel: O Fundo tem como objetivo preponderante a exploração comercial dos Imóveis, sendo que a rentabilidade do Fundo poderá sofrer oscilação em caso de vacância de qualquer de seus espaços locáveis, pelo período que perdurar a vacância. Adicionalmente, a eventual tentativa dos locatários de questionar juridicamente a validade das cláusulas e dos termos dos contratos de locação, dentre outros, com relação aos seguintes aspectos: (i) montante da indenização a ser paga no caso rescisão do contrato pelos locatários previamente à expiração do prazo contratual; e (ii) revisão do valor do aluguel, poderá afetar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das Cotas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.15 pt

Risco de Alterações na Lei do Inquilinato: As receitas do Fundo decorrem substancialmente de recebimentos de aluguéis, nos termos de cada um dos contratos de locação firmados pelo Fundo. Dessa forma, caso a Lei do Inquilinato seja alterada de maneira favorável a locatários (incluindo, por exemplo e sem limitação, com relação a alternativas para renovação de contratos de locação e definição de valores de aluguel ou alteração da periodicidade de reajuste), o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das Cotas poderão ser afetados negativamente.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 5.25 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Riscos Ambientais: Os Imóveis estão sujeitos a riscos inerentes a: (i) observância legislação, regulamentação e demais questões ligadas ao meio ambiente, tais como falta de licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para operação e atividades correlatas (como, por exemplo, estação de tratamento de efluentes, antenas de telecomunicações, geração de energia, entre outras), uso de recursos hídricos por meio de poços artesianos saneamento, manuseio de produtos químicos controlados (emitidas pelas Polícia Civil, Polícia Federal e Exército), supressão de vegetação e descarte de resíduos sólidos; (ii) passivos ambientais decorrentes de contaminação de solo e águas subterrâneas, bem como eventuais responsabilidades administrativas, civis e penais daí advindas, com possíveis riscos à imagem do Fundo; (iii) ocorrência de problemas ambientais, anteriores ou supervenientes à aquisição dos Imóveis que pode acarretar a perda de valor dos Imóveis e/ou a imposição de penalidades administrativas, civis e penais ao Fundo; e (iv) consequências indiretas da regulamentação ou de tendências de negócios, incluindo a submissão a restrições legislativas relativas a questões urbanísticas, tais como metragem de terrenos e construções, restrições a metragem e detalhes da área construída, e suas eventuais consequências. A ocorrência destes eventos pode afetar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das Cotas. Adicionalmente, as agências governamentais ou outras autoridades podem também editar novas regras mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar os locatários ou proprietários de imóveis a gastar recursos adicionais na adequação ambiental, inclusive obtenção de licenças ambientais para instalações e equipamentos que não necessitavam anteriormente. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão ou renovação das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios dos proprietários e dos locatários, gerando, conseqüentemente, efeitos adversos em seus negócios. Qualquer dos eventos acima poderá fazer com que os locatários tenham dificuldade em honrar com os aluguéis dos imóveis. Ainda, em função de exigências dos órgãos competentes, pode haver a necessidade de se providenciar reformas ou alterações em tais imóveis cujo custo poderá ser imputado ao Fundo. A ocorrência dos eventos acima pode afetar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das Cotas.

▲ **Risco Relacionado à Extensa Regulamentação a que está Sujeito o Setor Imobiliário:** O setor imobiliário brasileiro está sujeito a uma extensa regulamentação expedida por diversas autoridades federais, estaduais e municipais, dentre elas, mas não se limitando, aquela relacionada ao zoneamento urbano. A alteração de tal regulamentação após a aquisição dos Imóveis, pelo Fundo, poderá acarretar empecilhos e/ou alterações nos Imóveis, cujos custos deverão ser arcados pelo Fundo. Nessa hipótese, os resultados do Fundo e, por conseguinte, a rentabilidade dos Cotistas poderão ser impactados adversamente.

▲ **Risco Relativo à Indenização do Gestor:** Nos termos do Regulamento do Fundo, caso haja destituição do Gestor, deliberada por Cotistas representando menos do que (i) 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas emitidas pelo Fundo, caso este tenha mais de 100 (cem) Cotistas; ou (ii) a metade das Cotas emitidas pelo Fundo, caso este tenha até 100 (cem) Cotistas, e desde que seja configurada Justa Causa (conforme definida no Regulamento), será devida pelo Fundo ao Gestor a Indenização do Gestor (conforme definida no

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 3.6 pt

Formatted: Space Before: 0 pt

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.95 pt

Regulamento por 24 (vinte e quatro) meses a contar do mês subsequente ao mês em que ocorreu a destituição.



A Indenização do Gestor será de 0,8% (oito décimos por cento) aplicado sobre a Base de Cálculo da Taxa de Administração conforme prevista no Regulamento, calculada mensalmente por período vencido e quitada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de apuração, sendo que o primeiro pagamento será pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da destituição.

Em que pese a indenização do Gestor acima mencionada ser abatida da parcela da Taxa de Administração que venha a ser atribuída ao novo gestor a ser indicado em substituição ao Gestor, sendo certo, desse modo, que a indenização do Gestor não implicará: (a) em redução da remuneração da Administradora e dos demais prestadores de serviço do Fundo, exceto pela remuneração do novo gestor; tampouco (b) em aumento dos encargos do Fundo considerando o montante máximo da Taxa de Administração previsto no Regulamento, o eventual pagamento da referida indenização poderá dificultar a contratação de um novo gestor, haja vista que a indenização do Gestor será abatida da parcela da Taxa de Administração que venha a ser atribuída ao novo gestor, implicando, portanto, em redução da remuneração do novo gestor. A dificuldade em se encontrar um novo gestor para o Fundo poderá dificultar o cumprimento da política de investimento do Fundo, o que poderá ocasionar prejuízo aos Cotistas.

Formatted: Font: 10.5 pt

Formatted: Space Before: 4.25 pt